

Undime 30 anos

Desde 1986, a Undime cumpre a missão de articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação de todo país para construir e defender a educação pública com qualidade social

Perfil do DME

A missão do Dirigente Municipal de Educação e o seu papel para a garantia do direito à educação

Memorial de Gestão

O registro das ações e resultados alcançados pelas secretarias é fundamental para facilitar a organização e o planejamento da educação nos próximos quatro anos

revista

Ano 27 - novembro de 2016

educação municipal

Especial 30 anos

Foto: Instituto Natura

PME

Os desafios para implementar as ações, estratégias e metas dos planos municipais de educação e como realizar o monitoramento

A Primeira Infância e o impacto na formação de cidadãos



em defesa da educação pública



A EDUCAÇÃO NOS MOVE



www.fundacaosmbrasil.org

A **Fundação SM** é uma instituição sem fins lucrativos que tem a missão de contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos por meio da Educação. Nesse sentido, trabalhamos para fortalecer a educação pública, de forma colaborativa com os governos municipais, estaduais e federal, organismos internacionais, organizações da sociedade civil, institutos e fundações.

Acreditamos que as relações humanas são a base para o desenvolvimento da educação, e que só é possível promover uma real transformação do olhar estabelecendo um diálogo entre os diversos agentes envolvidos. Somos defensores de um projeto de educação que se articula a partir da multidimensionalidade das pessoas, em tempos e espaços diversos.

Nossas ações, nos nove países em que estamos presentes, são norteadas por quatro pilares:



Convidamos você a conhecer um pouco mais a nossa atuação e a fazer parte da nossa rede.

Acesse:

www.fundacaosmbrasil.org

Você também pode acompanhar as notícias sobre os projetos da **Fundação SM** e o universo da Educação em nossas redes sociais.

 facebook.com/fundacaosmbrasil/

 twitter.com/Fundacaosm

Siga, curta e compartilhe!
A EDUCAÇÃO NOS MOVE!



Presidência

Alessio Costa Lima

DME de Tabuleiro do Norte/ CE

Vice-Presidência

Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral

DME de Costa Rica/ MS

Secretaria de Articulação

Adenilde Stein Silva

DME de Marechal Floriano/ ES

Secretaria de Coordenação Técnica

Jocirley de Oliveira

DME de Araguaína/ TO

Secretaria de Comunicação (licenciado)

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

DME de Florianópolis/ SC (licenciado)

Secretaria de Finanças

Maria Edineide de Almeida Batista

DME de Lagoa de Pedras/ RN

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Cargo vago

Presidência Região Centro-Oeste

Virginia Maria Pereira de Melo

DME de Anápolis/ GO

Presidência Região Nordeste

Gelcivânia Mota Silva

DME de Serrinha/ BA

Presidência Região Norte

Edelson Penaforth Pinto

DME de Tonantins/ AM

Presidência Região Sudeste

Priscilla Maria Bonini Ribeiro

DME de Guarujá/ SP

Presidência Região Sul

André Lemes da Silva

DME de Rio Grande/ RS

Suplente Secretaria de Articulação

Carla Nasser Monnerat

DME de Três Rios/ RJ

Suplente Secretaria de Coordenação Técnica

Eudiran da Silva Carneiro

DME de Senador Guiomard/ AC

Suplente Secretaria de Comunicação

Iolanda Barbosa da Silva

DME de Campina Grande/ PB

Suplente Secretaria de Finanças

Cleidimar Tavares Mendes Brito

DME de Água Branca/ PI

Suplente Secretaria de Assuntos Jurídicos

Cargo vago

Suplente Presidência Região Centro-Oeste

Cargo vago

Suplente Presidência Região Nordeste

Rodrigo Guará Nunes

DME de Grajaú/ MA

Suplente Presidência Região Norte

Francisca Antonia da Costa Oliveira

DME de Calçoene/ AP

Suplente Presidência Região Sudeste

Maria Virginia Moraes Garcia

DME de Itaúna/ MG

Suplente Presidência Região Sul

Celso Augusto Souza de Oliveira

DME de Telêmaco Borba/ PR

Conselho Fiscal

Emanuel Tenório de Bulhões

DME de Cacimbinhas Alagoas/ AL

Conselho Fiscal

Fátima Aparecida Notaro

DME de Colorado do Oeste/ RO

Conselho Fiscal

Ederlanya Correa dos Prazeres

DME de Rorainópolis/ RR

Suplente Conselho Fiscal

José Arinaldo de Oliveira Neto

DME de Frei Paulo/ SE

Secretaria executiva – Vivian Ka Fuhr Melcop

Administração – Fátima Soares, Gilmar Barros, Ismênia Vianez, José Maria Lima, José Nilson Melo e Vilmar Klemann

Comunicação – Joana Saraiva, Manoel Filho, Renata Dias, Vanelle Oliveira e Vinícius Evangelista

Estagiários – Anna Luiza Xavier, Hendol Hilarino e Leandro Lobo

Revista Educação Municipal – Especial 30 anos

Coordenação – Vivian Ka Fuhr Melcop 8126-DF

Jornalista responsável – Heloisa Cristaldo 3218-DF

Revisão – Luana Lourenço DRT/DF - 7385

Colaboração – Hendol Hilarino, Joana Saraiva 9571-DF, Manoel Filho e Vanelle Oliveira 9959-DF

Arte, diagramação e impressão – Nany Produções/Fundação SM

Tiragem – 14.000 exemplares

Endereço eletrônico: undimenacional@undime.org.br | Portal: www.undime.org.br
Endereço: SCS – Q. 6 – Bl. A – Ed. Carioca – salas 611/13 | CEP: 70.306-000 Brasília/DF
Telefone: 61 3037-7888 – Fax: 61 3039-6030

A Revista Educação Municipal é uma publicação da
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime.

Ano 27 - novembro de 2016

Distribuição gratuita.

Realização



Apoio





7

Entrevista – Alessio Costa Lima
Undime completa 30 anos com grandes desafios

A Undime e seu papel estratégico – **11**

A missão do Dirigente Municipal de Educação e o seu papel
para a garantia do direito à educação – **15**

Memorial de Gestão
Processo de transição de forma mais transparente e democrática – **16**

Linha do tempo Undime 1986–2016 – **18**

Depoimentos dos ex-presidentes – **26**

Brincar e aprender: a Primeira Infância e o impacto na formação de cidadãos – **30**



31

A Base Nacional Comum Curricular e o direito de aprender



33

Plano Nacional de Educação: o complexo cenário
para assegurar o direito à educação no Brasil



36

O Plano Municipal de Educação como norte da gestão dos dirigentes

O financiamento da educação e os desafios no contexto atual – **42**



46

Os desafios para a garantia da valorização dos
profissionais da educação

Busca ativa escolar
Estratégia para garantir o direito à educação – **48**

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) completa 30 anos em meio a um cenário de muitos desafios, mudanças e preocupações diante da tramitação, no Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/ 2016) que delimita um teto para os gastos públicos em áreas sociais pelos próximos 20 anos. A restrição de investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social vai limitar os recursos de forma a não ultrapassar os gastos do ano anterior, corrigidos pela inflação. Dessa maneira, as vinculações constitucionais ficam anuladas e não haverá a obrigação legal de aportar novos recursos nessas áreas fundamentais ao desenvolvimento país. Para o presidente da Undime, Alessio Costa Lima, a proposta prejudica a construção de políticas intersetoriais, uma vez que estimula a disputa por recursos orçamentários entre as áreas do governo. “A vinculação de receitas para a educação foi uma grande conquista da Constituição Federal de 1988 em nosso país. Ao determinar o investimento mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, para estados e municípios, e de 18% para a União, a Constituição reconhece que essas cotas são fundamentais para a área”, ressalta o dirigente em entrevista para esta edição especial da Revista Educação Municipal. A PEC 241 também atinge o coração do Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que diminui o investimento público direto na área e inviabiliza a implementação do conjunto das metas. As perspectivas causam preocupação, mas a luta em defesa da educação pública de qualidade tem sido uma bandeira de longa data da Undime. Concebida durante o 1º Encontro Nacional dos Dirigentes Metropolitanos de Educação, em março de 1986, em Recife (PE), e instituída durante o 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília, a Undime permanece atuando de forma estratégica junto aos dirigentes municipais de educação em todo país para garantir o cumprimento de sua missão de construir e defender a educação pública com qualidade social. Nesta edição, é apresentada uma linha do tempo com um panorama histórico dessa trajetória. A importância do Memorial de Gestão também é lembrada e debatida diante da realização das eleições municipais neste ano. Tudo para que o Dirigente que vai assumir a gestão municipal em 2017 possa dar continuidade ao trabalho, livre de disputas políticas e partidárias. Nossos parceiros institucionais, dirigentes da Undime, presidentes das seccionais, ex-presidentes da Undime e personalidades da área educacional aparecem nas próximas páginas, na forma de depoimentos ou ao longo das matérias, como forma de reconhecer o importante trabalho desempenhado por eles. Temas como Marco Legal pela Primeira Infância, Plano Municipal de Educação, Base Nacional Comum Curricular, financiamento da educação, e valorização e formação dos profissionais também permeiam esta edição, com matérias que discutem políticas e programas nacionais voltados à melhoria da qualidade da educação básica municipal com a participação fundamental de instituições, redes, entidades e movimentos sociais da área educacional.

Boa leitura!

Undime completa 30 anos com grandes desafios

Presidente da Undime, Alessio Costa Lima, Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte (CE), relembra conquistas, agradece a colaboração dos parceiros da Undime e alerta sobre os riscos da PEC 241 para o futuro da educação

Com uma trajetória de lutas e conquistas para a educação brasileira, a Undime completa 30 anos com o desafio de enfrentar o risco de uma mudança na Constituição Federal que pode reduzir investimentos na educação. Em entrevista à Revista Educação Municipal, o presidente da Undime, o professor Alessio Costa Lima, alerta que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/ 2016 pode tirar 45 bilhões da educação apenas nos primeiros dez anos de vigência, inviabilizando o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE).

Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Federal do Ceará, doutor em Avaliação Educacional pela mesma instituição e com extensa trajetória em defesa da educação no país, Alessio lista conquistas importantes da Undime ao longo de três décadas, como a atuação decisiva na discussão e aprovação do PNE, a contribuição para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a importância do Projeto de Lei que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE).

A poucos meses da renovação das gestões municipais, que tomam posse em 1º de janeiro de 2017, Alessio destaca a importância da manutenção e continuidade de políticas públicas e programas de educação municipais e ressalta a contribuição da Undime nessa transição, por meio do Memorial de Gestão, do Conviva Educação.

Além de presidente da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte (CE), Alessio é membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Fórum Nacional de Educação e conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Revista Educação Municipal - A Emenda Constitucional 59/ 2009 e o Plano Nacional de Educação (PNE) determinam a obrigatoriedade da universalização da matrícula de

crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, até 2016. Levantamento com base na Pnad 2014 aponta que 10% das crianças nessa faixa etária ainda estão fora da escola. Qual a sua avaliação sobre esse cenário? Como o país conseguirá alcançar essa meta?

Alessio Costa Lima - A cada ano, os municípios têm feito um esforço para alcançar essa meta. Mesmo sem ter um repasse de recursos adequado, e apesar de todas as dificuldades, os municípios conseguiram chegar ao teto, que hoje é de aproximadamente 90%. Para atingir os 10% que ainda faltam para cumprir o previsto na Lei, é necessário maior apoio da União e dos estados. Além disso, a grande pergunta que deve ser feita hoje é: quem são essas crianças que estão fora da escola? São crianças que moram em periferias, em áreas de difícil acesso, na zona rural. Muitas delas são crianças com algum tipo de deficiência e a família atrasa a entrada nas escolas. São quase 600 mil crianças em todo o país, o que exige políticas de inclusão social específicas.

REM - O regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com base no atual formato de financiamento da educação brasileira, considera a divisão de recursos entre a União, estados e municípios. A União detém a maior fatia de arrecadação, mas é o ente que menos investe. Como isso impacta na educação pública oferecida pelos municípios brasileiros?

Alessio - O município hoje é o ente federativo que mais investe em educação pública e a União é o que menos investe. Dos recursos investidos na educação pública, 18% são da União, 40% dos estados e 42% dos municípios. Para se ter uma verdadeira reforma educacional, é preciso rever a distribuição desses percentuais, o que implicaria em uma reforma tributária mais ampla. A União tem de exercer o seu papel de redistribuir e suplementar os recursos necessários para a educação pública e não



Undime

somente participar de maneira tímida. Nesse sentido, teria que ampliar seus percentuais de investimento de forma a ter um equilíbrio na participação dos entes federados, atingindo uma média de investimento na ordem de 33% para cada um dos entes. Assim, a União sairia da sua atual posição confortável, equilibrando a aplicação desses recursos. Uma outra forma, para além desse modelo, seria a União mapear as unidades da federação em que os recursos não são suficientes, a exemplo da complementação dos recursos do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] para nove estados brasileiros. A revisão do valor aluno também é fundamental para que esse sistema seja mais equitativo.

REM - Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/ 2016, que estabelece um teto para os gastos públicos. Com a mudança na lei, a vinculação de receitas pode ser anulada. Qual efeito dessa medida para a educação brasileira?

Alessio - Há um estudo da Câmara dos Deputados apontando que, se essa lei for implantada, haverá uma perda de quase 45 bilhões em recursos na área da educação nos primeiros dez anos de sua implementação. Nos dez anos subsequentes, os efeitos dessa perda serão muito maiores. A PEC 241/ 2016, nesse cenário, praticamente inviabiliza o Plano Nacional de Educação (PNE). O plano elegeu 20 metas prioritárias, que requerem investimento adicional em educa-

ção. Sua Meta 20 prevê a ampliação do investimento público em educação pública para 10% do PIB [Produto Interno Bruto], incluindo, para tanto, os recursos de arrecadação dos royalties para educação. Isso estava posto como uma nova forma de viabilizar e expandir as matrículas na educação básica. A PEC 241 caminha na contramão da implementação do PNE. De imediato, praticamente inviabiliza todas as metas do PNE. Como criar turmas, realizar concursos, fazer novas contratações se foi estabelecido um teto que tem como referência o limite de gastos do ano de 2017? Com a fixação do teto, qualquer recurso adicional para a área de educação terá de ser objeto de disputa com outras áreas do governo. É um cenário que desagrega e não favorece a intersetorialidade na implementação das políticas públicas. É um modelo econômico extremamente desumano, sobretudo com as áreas sociais. Como é possível disputar um recurso com área de saúde, ou de assistência social? Esse nível de relação não favorece a integração entre as áreas do governo, porque traz vários problemas. A vinculação de percentuais da arrecadação de impostos para a educação foi uma grande conquista da Constituição de 1988 em nosso país, resultado da luta de muitos educadores. Ao determinar o investimento mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, para estados e municípios, e 18% para a União, a Constituição reconhece que esses valores são fundamentais para a garantia da oferta da educação. É importante ressaltar que se tratam de percentuais mínimos e que, portanto, não é possível fazer educação pública de qualidade sem a garantia de tais percentuais. A PEC 241 não determina essa diminuição de 25% para estados e municípios e de 18% para a União, mas ao estabelecer um teto de gasto no setor primário cria dificuldades para aplicação desses percentuais. Na prática, não cumprir esses percentuais mínimos seria uma perda histórica e social para o povo brasileiro, porque municípios, estados e União não estariam obrigados a aplicar esse montante mínimo de recursos em educação. A educação deixaria de ser uma prioridade nacional. Para além da dívida educacional histórica com a sociedade brasileira, um outro ponto perverso da PEC 241 é a possibilidade do aumento da desigualdade social em nosso país. Pois, se um município tem um dirigente com maior compreensão sobre a importância da educação, a área terá mais investimentos. Já em outro município que entende que a educação não é uma priorida-

“Quem não está hoje na escola não terá a garantia de ter novas vagas para sua matrícula nem acesso a melhorias na escola onde estuda. Será tudo menos”.

de, ela terá menor investimento e, conseqüentemente, menor qualidade. A tendência será de acentuar muito mais essa desigualdade no país. Será um preço alto demais a ser pago pelas populações locais. Infelizmente, a sociedade brasileira ainda não se inteirou dos efeitos nocivos dessa PEC. Da forma como é veiculada na mídia, ressaltando-se apenas os aspectos de controle dos gastos, despesas do governo, a PEC é compreendida como algo positivo pela sociedade. Entretanto, o que a população não está sabendo é como se dará, na prática, a implementação das medidas da PEC. A população não está sabendo que terá menos escolas, menos turmas, menos vagas para seus filhos. Quem não está hoje na escola não terá a garantia de ter novas vagas para sua matrícula nem acesso a melhorias na escola onde estuda. Será tudo menos. Se há impedimento de se fazer novos investimentos nessas áreas, como educação e saúde, por conta do teto, esta medida vai atingir diretamente o cidadão. O que a PEC 241 significa na prática? Nos próximos 20 anos não haverá concursos, novas creches, novas escolas, novos investimentos em infraestrutura, novos hospitais. Não haverá a garantia de que, pelo menos, o mínimo constitucional seja cumprido. Se essa PEC for aprovada, o Brasil caminhará na contramão da história mundial. Em outros países que passaram por crises, seu enfrentamento se deu por meio de mais investimentos na área educacional, como forma de assegurar o desenvolvimento. No Brasil, está ocorrendo justamente o contrário. A educação é exatamente a primeira coisa na mira a ser sacrificada.

REM - Um dos aspectos mais exigidos pela sociedade é a qualidade da educação pública brasileira. A proposta do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), que prevê um valor mínimo para garantir essa educação de qualidade, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e também está prevista no PNE. Qual a perspectiva de implantação dessa medida?

Alessio - No Brasil, infelizmente, ainda existe uma dívida social no tocante à oferta de vagas na educação

básica pública. Conforme divulgado pelo Unicef, atualmente há cerca de 3 milhões de crianças de 4 a 17 anos fora da escola, segundo dados da Pnad 2014. Se o acesso não está sendo assegurado, então o cenário para oferecer educação de qualidade é algo muito mais complexo. A baixa qualidade da educação no país é um problema tanto da rede pública quanto da rede privada. Para se garantir uma educação de qualidade é preciso um investimento compatível com o padrão que se deseja alcançar. O Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) diz o quanto é necessário investir para garantir essa educação de qualidade, por aluno. A definição desse valor não pode se dar meramente por critérios de disponibilidade financeira e/ou políticos. É imprescindível a utilização de um critério técnico que defina quanto deve ser investido na educação. O CAQi vem justamente para atender a essa demanda, corrigir essas distorções e determinar quanto custa esse investimento no essencial, inclusive estabelecendo parâmetros técnicos para a reorganização dos sistemas de ensino, revendo aspectos como relação professor-aluno, número de gestores, infraestrutura, entre outros. Ao considerar tais aspectos, a implementação do CAQi permitirá a correção dos valores atualmente investidos na educação infantil. O PNE previa que o CAQi fosse regulamentado até junho de 2016 e, infelizmente, essa discussão está muito atrasada. Até agora não há nada de concreto nesse sentido. Vale destacar que o Parecer 8/ 2010 [do CNE], que regulamenta o CAQi, foi encaminhado ao Ministério da Educação, mas foi devolvido ao Conselho para alterações. A Undime espera que o governo retome urgentemente essa discussão e dê sequência aos encaminhamentos necessários para a implementação do CAQi.

REM - A Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental, foi uma bandeira defendida pela Undime na construção do Plano. Como essa Meta será atingida? O que ainda falta para cumpri-la?

Alessio - A Undime entende que deve ser feito um esforço concentrado no ciclo de alfabetização, que compreende os três primeiros anos do ensino fundamental. Atualmente, ainda há crianças chegando ao 5º ano do ensino fundamental com nível de leitura bastante comprometido, o que representa um grande desafio aos sistemas de ensino. Os resultados das avaliações de desempenho

em leitura mostram que os sistemas não estão conseguindo atingir seus objetivos educacionais. A alfabetização das crianças nos primeiros anos do ensino fundamental deve ser uma prioridade na definição da política educacional. A exemplo disso, o governo federal lançou o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que representa um esforço na melhoria do nível de leitura das crianças mediante processo de formação de professores, por meio das universidades públicas, produção de material suplementar, além de uma bolsa de incentivo para viabilizar a formação de professores. Infelizmente, o programa foi praticamente interrompido no fim do ano passado. A Undime aguarda sua retomada, bem como a continuidade, sem outras interrupções. Tão importante quanto o Pnaic é a realização da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que avalia a proficiência média em leitura e matemática dos alunos ao término do 3º ano do ensino fundamental. Considerando a relação do Pnaic e da ANA na consolidação do processo de alfabetização das crianças, a Undime acredita que a ANA deveria continuar sendo realizada anualmente e que os resultados da avaliação deveriam ser tornados públicos a cada ano para permitir o acompanhamento mais efetivo do processo de alfabetização.

REM - Ainda em discussão no Congresso Nacional, o Sistema Nacional de Educação (SNE) – Projeto de Lei Complementar 413/ 2014 – vai definir o papel da União, estados, Distrito Federal e municípios na oferta educacional, além da cooperação financeira para viabilizar a oferta de ensino. Essa medida está entre as metas prioritárias do PNE. Qual o posicionamento da Undime sobre o tema?

Alessio - Ao determinar a necessidade de pactuação entre os entes federados, a Lei do PNE estabelece responsabilidades comuns e em mesmo nível de obrigação entre os três entes federados. Para a Undime esse dispositivo é essencial, pois determina claramente a necessidade de se instituir e respeitar o princípio constitucional do Regime de Colaboração. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Educação terá papel primordial na organização da educação brasileira e na garantia das diretrizes estabelecidas pelo PNE. As ações isoladas entre as redes de ensino podem intensificar a desigualdade na oferta de educação, principalmente porque os municípios enfrentam maior dificuldade para ofertar educação pública em comparação aos outros entes

federados. A demanda de obrigações e desafios cresce em uma velocidade inversa à capacidade de investimento. Conforme o Artigo 13 da Lei 13.005/2014 (PNE), a regulamentação do SNE deveria ter acontecido até dois anos após sua sanção. Esta é mais uma ação do PNE até o momento não cumprida.

REM - Em relação à gestão de recursos, muito se discute sobre quais as melhores e mais corretas formas de aplicação do dinheiro público. Em situação de corte de verbas ou limitação de recursos, quais as saídas adotadas pelos municípios para oferecer uma educação de qualidade aos alunos?

Alessio - Nos últimos três anos, tem-se observado uma diminuição significativa no volume de recursos para a educação municipal. Mas o recurso público, escasso ou não, deve ser aplicado com eficiência na educação pública. Para tanto, é importante que o Dirigente Municipal de Educação e suas equipes técnicas entendam da gestão orçamentário-financeira na área da educação. A Undime percebe que o perfil do DME tem avançado e melhorado ao longo dos anos. Cada vez mais, aumenta o número de gestores pertencentes ao meio educacional e/ou com formação na área de educação. De certa forma, isso tem contribuído para a melhoria da gestão dos recursos. É possível perceber alguns impactos nos resultados do Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica], em que houve melhoria nos resultados do 5º ano do ensino fundamental, em 2015. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos municípios, os indicadores melhoraram. Os gestores atuais têm feito um esforço no sentido de organizar suas redes, de melhorar o processo de lotação de seus professores – cada um dentro das suas devidas áreas –, de otimizar a relação do número aluno/professor e de diminuir o número de cessão de profissionais a outras secretarias. Tais práticas têm se refletido em um modelo de gestão educacional mais eficiente e eficaz, produzindo melhores resultados no sistema de ensino municipal.

REM - O posicionamento da Undime e do Consed sobre a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi entregue ao Ministério da Educação em setembro. Como a Undime tem trabalhado essa questão? Como será a implementação da BNCC no país?

Alessio - A Base Nacional Comum Curricular é hoje uma necessidade do



Undime

“Cada vez mais, aumenta o número de gestores pertencentes ao meio educacional e/ou com formação na área de educação. De certa forma, isso tem contribuído para a melhoria da gestão dos recursos”.

sistema educacional brasileiro. Ela é um instrumento que deve contribuir para a garantia do direito à aprendizagem, estabelecendo de forma clara e transparente o que o estudante deve aprender em cada uma das etapas durante toda sua vida escolar. Nesse sentido, a Undime vem apoiando e se engajando desde as primeiras discussões. Inicialmente, em 2014, foi realizado um seminário com o Conselho Nacional de Representantes da Undime [CNR], em que várias entidades do setor educacional participaram como convidadas, como Anpae [Associação Nacional de Política e Administração da Educação], Anped [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação], Anfope [Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação], ABdC [Associação Brasileira de Currículo], Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entre outras, buscando aprofundar o debate sobre a importância e a necessidade de se ter uma BNCC no país. Em 2016, foi promovido uma reunião interna do CNR para apreciar a primeira versão da BNCC, com o propósito de apresentar contribuições e sugestões para seu aprimoramento. Assumindo um papel importante nessa discussão, a Undime e o Consed planejaram, organizaram e realizaram seminários em todos os estados com o propósito de ampliar a discussão sobre a segunda versão apresentada pelo MEC. A partir da análise

lise das contribuições, foi elaborado um documento com pontos comuns entre a Undime e o Consed sobre a Base Nacional. É importante destacar que esse documento não esgota as discussões nem incorpora a totalidade das contribuições, sugestões e críticas acerca da segunda versão, levantadas durante os seminários. A íntegra do relatório está anexada ao documento, com a contribuição de todos os seminários, indicando objetivos que não estão claros, que não são pertinentes, e sugerindo novos objetivos, além de uma análise qualitativa do que foi discutido em cada um dos encontros. O documento apresentado ao Ministério da Educação simboliza um olhar institucional sobre as considerações dos seminários estaduais e aponta a necessidade de se construir um cronograma para a implementação da Base junto aos sistemas de ensino. Dessa forma, é necessário orientar as discussões em estados e municípios para que eles tenham condições de elaborar seus currículos. Esse é um outro momento, quando todos precisam compreender a diferença entre Base Nacional e currículo. Precisam perceber essa diferença até para não haver equívoco na hora da sua implementação. Espera-se que a BNCC possa impulsionar outras mudanças para além da revisão do currículo, tais como a reformulação dos cursos de formação de professores, produção de materiais didáticos, reformulação das matrizes de avaliação, entre outros.

REM - Está em debate no Congresso Nacional a Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7.420/ 2006). A proposta responsabiliza, com penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/ 1992), o gestor público que permitir, injustificadamente, o retrocesso da qualidade da educação básica nos estados, municípios e no Distrito Federal. Como o senhor avalia essa medida na prática?

Alessio - A Undime sempre defendeu a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) que viesse dizer quais são os papéis e as responsabilidades de cada ente federado. Ocorre que o Projeto, da forma como tramita hoje no Congresso, avançou pouco, por estar atrelado a uma concepção equivocada de responsabilidade. O Projeto de Lei traz um caráter de responsabilização fortemente associado à ideia de punição do gestor. A Undime defende uma LRE que venha a contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos processos de gestão educacional, de forma a assegurar o direito à educação. Para

tanto, é necessário que essa discussão esteja acompanhada da regulamentação do Regime de Colaboração e da revisão das condições efetivas do financiamento da educação. Além disso, dado o contexto atual, já se percebe grandes dificuldades de encontrar bons dirigentes para desempenhar as funções de gestão da área. Com o texto atual dessa proposta de lei, certamente haverá um excesso de judicialização na educação. Hoje, a judicialização da educação acaba atrapalhando muito mais do que contribuindo para o funcionamento do sistema de ensino, como acontece com a questão do corte etário e da oferta de vagas de matrículas. É necessário avançar na proposta desse projeto de lei, melhorando seu texto de forma a corrigir os equívocos apontados. A Undime, nos vários momentos em que participou dos debates no Congresso, sinalizou os pontos que precisavam ser aperfeiçoados por não atenderem aos anseios da área. Além da possibilidade de criar mais problemas, a LRE, da forma como está, poderá levar a distorções de indicadores das condições de oferta e de resultados, criando-se um instrumento tecnicamente limitado a ser usado apenas para punir gestores, completamente diferente do objetivo para o qual foi idealizada. A Undime defende que essa lei não tenha esse enfoque voltado apenas à penalização dos gestores, mas que avance na perspectiva de definição e pactuação das responsabilidades na garantia do direito à educação.

REM - Em períodos de renovação política nos municípios, como os gestores de educação devem atuar para manter as políticas educacionais e programas em funcionamento?

Alessio - Um dos grandes problemas na gestão pública no nosso país é a descontinuidade das políticas e programas. A cada nova gestão, os gestores iniciam suas ações como se nada tivesse sido realizado antes e isso representa um enorme desperdício de esforços, de tempo e de recursos. Buscando contribuir com a superação dessa cultura, a Undime vem trabalhando com o apoio de parceiros na formação de dirigentes da educação no tocante à transição da gestão. Nesse sentido, foi concebido o Memorial de Gestão, ferramenta disponível no Conviva Educação, em que o gestor e sua equipe podem registrar políticas, programas e projetos educacionais implementados no município, as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados, o histórico, os avanços, as conquistas e a situação



Undime

“Essa atuação mostra a caminhada de credibilidade de toda a trajetória da entidade durante seus 30 anos de história, com o notório reconhecimento público por parte das instituições e atores que compõem o cenário educacional brasileiro”.

da secretaria de educação ao longo dos quatro anos da gestão. Dessa forma, o Memorial de Gestão assume uma dupla função: de um lado, registra e documenta toda uma caminhada da gestão que se encerra e, por outro, serve como diagnóstico e ponto de partida para a nova gestão que se inicia.

REM - A Undime tem se consolidado como uma entidade que promove o amplo debate entre seus membros e associados, com alto potencial de capilaridade em suas atividades de formação. Que balanço o senhor faz da atuação da instituição em 30 anos de existência? Quais as perspectivas para o futuro?

Alessio - A Undime foi criada no contexto da redemocratização política do país, quando havia uma intensa discussão em torno da pauta municipalista. É a instituição que tem como missão articular e mobilizar os 5.568 municípios brasileiros em prol da educação pública com qualidade social. Nesse sentido, a Undime busca, de fato, dialogar com a ponta, criando canais de comunicação nas diversas formas possíveis, atuando tanto na informação como na formação dos dirigentes municipais de educação. Essa atuação mostra a caminhada de credibilidade de toda a trajetória da entidade durante seus 30 anos de história, com o notório reconhecimento público por parte das instituições e atores que compõem o cenário educacional brasileiro. Nesse momento de celebração, a Undime agradece a todos aqueles que fizeram parte de sua história e que estiveram à frente dela, contribuindo com as proposições em torno da defesa da educação pública municipal. ■

A Undime e seu papel estratégico

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) foi criada em outubro de 1986, no período pré-Constituinte. Desde aquela data, este coletivo tem sido movido pela democratização da educação. Em sua **missão** está a vocação para **articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.**

Os compromissos assumidos pelo Brasil, como signatário de acordos internacionais, e os avanços conquistados na legislação, exigem do gestor público o desafio de exercer um novo modelo de atuação. Esse desafio é ainda maior somado ao movimento de repasse de poderes e responsabilidades dos governos centrais para as municipalidades, à pressão cada vez maior por transparência e ao compartilhamento dos espaços de atuação e decisão. No campo educacional, esse movimento se dá na descentralização e democratização da gestão escolar, uma das mais importantes temáticas do debate educacional atual e um dos maiores desafios dos educadores e dos dirigentes municipais de educação (DME).

A Undime é uma associação civil

Os princípios da Undime

1. democracia capaz de garantir a unidade de ação institucional;
2. afirmação da diversidade e do pluralismo;
3. gestão democrática baseada na construção de consensos;
4. ações pautadas pela ética, transparência, legalidade e impessoalidade;
5. autonomia perante governos, partidos políticos, credos e outras instituições;
6. visão sistêmica na organização da educação fortalecendo o Regime de Colaboração entre as unidades da federação.

sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede em Brasília. As deliberações da entidade são tomadas por meio de suas instâncias: Fórum Nacional, realizado ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente quando necessário; Conselho Nacional de Representantes (CNR), formado por 104 DME – eleitos nos Fóruns Estaduais; Diretoria Executiva, com doze membros titulares; e Conselho Fiscal, com três membros titulares eleitos nos Fóruns Nacionais Ordinários.

O Fórum Nacional, os Fóruns Estaduais e os encontros do CNR são espaços voltados à disseminação de

conhecimentos, debates de temas relevantes para a educação pública e para a discussão e a apropriação de informações sobre as políticas, programas e projetos do governo federal. A Diretoria Executiva é responsável por concretizar as deliberações dos fóruns. Por meio desse grupo e dos representantes que compõem o CNR, a Undime cumpre o papel não só de propor políticas para a educação, mas de trabalhar na busca da construção de consensos, além de interagir com organizações afins para assegurar os direitos dos estudantes brasileiros.

O presidente da Undime Pará é Dirigente Municipal em Melgaço (PA), Onilson Carvalho do Nascimento,



Undime

destaca a parceria da Undime com os municípios para o desenvolvimento da educação em todo o Brasil. “A Undime trabalha para a promoção das políticas públicas voltadas para o crescimento da educação e procura sempre atuar junto às esferas municipais, estaduais e federal para a implementação de projetos que priorizem uma educação de qualidade, considerando a diversidade sociocultural e política no Brasil”, afirma.

Em cada estado, os dirigentes se organizam em seccionais da Undime. Além de articular e organizar os gestores, a Undime e suas seccionais atuam para propor mecanismos que assegurem, prioritariamente, a educação infantil e o ensino fundamental, bem como suas modalidades em uma perspectiva municipalista, buscando a universalização do atendimento e do ensino com qualidade social; e que propiciem a formação, visando a avanços na construção de uma educação democrática, inclusiva, competente, cidadã e participativa.

Para o professor Eudiran Carneiro, Dirigente Municipal de Educação de Senador Guimard (AC) e suplente da Secretaria de Coordenação Técnica da Undime, a instituição atua como elo entre todos os dirigentes do país para fazer a informação chegar à ponta, onde é mais necessária. “Isso torna os municípios mais próximos, mesmo com a distância. Com certeza,

hoje a Undime é fundamental para que o nosso trabalho, como gestores, seja mais ágil e eficaz, sempre pautado na melhoria da educação pública. Essa proximidade só tem a enaltecer o nosso dia-a-dia.”

As principais atividades da Undime estão ligadas à participação nas formulações de políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais, e os correspondentes acompanhamentos e monitoramentos; às ações de *advocacy*; articulação e coordenação dos interesses comuns das secretarias municipais de educação; à política de formação dos dirigentes; ao assessoramento técnico; à realização de fóruns, seminários, congressos e afins; além de articulações com órgãos da sociedade civil e movimentos sociais organizados.

A Secretaria Executiva da Undime está sediada em Brasília e seu funcionamento é essencial para garantir a organização e a execução de políticas e planos de trabalho comuns. O principal canal de comunicação é o portal da Undime, criado em fevereiro de 2003. Nele, são divulgadas diariamente notícias relacionadas às políticas sociais, além de parcerias, prêmios e programas.

Nas mídias sociais, como Twitter, Facebook e Instagram, são publicadas, além das notícias registradas no portal, outras informações que podem ser de interesse do DME. Além disso, se-

manalmente o boletim eletrônico *Em pauta* é encaminhado a todas as secretarias municipais de educação do país.

Ao longo de 30 anos, a Undime tem evoluído de maneira expressiva, conquistando reconhecimento público e visibilidade social. Sua produção intelectual é reconhecida por entidades públicas e privadas e por organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco no Brasil) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Manual de Governança

No processo de amadurecimento da entidade, o Manual de Governança da Undime foi criado diante da necessidade institucional de se estabelecer um conjunto de normas operacionais comuns às instâncias administrativas da Undime: secretaria executiva nacional e secretarias executivas das seccionais.

A publicação reúne os procedimentos administrativos adotados pelos diferentes departamentos e áreas da Secretaria Executiva da Undime e orienta o planejamento e a gestão das atividades da entidade, bem como a execução de seus projetos.

O Manual foi construído com base em alguns documentos norteadores:



Undime



o estatuto, o regimento, os registros do Seminário de Planejamento Estratégico de 2009, e os procedimentos administrativos e contábeis indicados pelos agentes externos, especificamente das áreas contábil, jurídica e de auditoria. O Manual está disponível para consulta permanente, a fim de sanar dúvidas e orientar decisões.

Diretrizes institucionais

A não mediação, intermediação ou recomendação por parte da Undime e seccionais de produtos ou serviços de empresas privadas é uma das diretrizes institucionais da entidade. Além disso, posições político-partidárias não devem nortear as ações da Undime e de suas seccionais, em face de sua autonomia administrativa, financeira e de gestão democrática. Os dirigentes da Undime e de suas seccionais devem ter proibição no trato dos recursos da entidade, mantendo a transparência e a legalidade na prática dos atos administrativos. As parcerias com instituições sem fins lucrativos poderão ocorrer desde que não venham a ferir os princípios e o estatuto da Undime e de suas seccionais.

Para a Undime, é fundamental que o Dirigente Municipal de Educação siga diretrizes éticas específicas, como não se apropriar do nome da instituição em benefício próprio. Além

disso, o DME deve ter compromisso e responsabilidade com as ações assumidas com e em nome da Undime e das seccionais. Consensos formalmente definidos pela entidade devem ser respeitados pelos dirigentes municipais. Nas transições de governos, os gestores devem promover esforços para garantir a continuidade das políticas públicas de educação com qualidade social. O conjunto de todas as diretrizes pode ser acessado, na íntegra, no Manual de Governança.

Planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico da Undime para o biênio 2015-2017 começou a ser construído em outubro de 2015 pela Diretoria Executiva e presidências das seccionais, e foi concluído em janeiro de 2016, em reunião do Conselho Nacional de Representantes. Para garantir a construção coletiva e democrática do documento, os dirigentes trabalharam em grupos, trocando experiências. Mais de 100 conselheiros participaram da reunião de janeiro. Foram definidos seis temas prioritários: pacto federativo, ensino - aprendizagem, oferta de matrículas, financiamento da educação, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática.

A presidenta da Undime Rio de Janeiro e Dirigente Municipal de Educa-

ção de Três Rios (RJ), Carla Monnerat, ressalta a importância da entidade como um espaço para a discussão das políticas públicas educacionais e que, portanto, precisa se organizar para definir suas principais frentes de atuação.

“A Undime é, de fato, a Casa da Educação, porque é no município que a educação acontece - independentemente de ser em escola municipal, estadual ou federal. A Undime é o palco de pensamento e reflexão. O planejamento estratégico foi um instrumento para que a gente pudesse ter noção dos desafios para poder escolher as ações prioritárias e como sustentar o Plano Municipal de Educação, o Plano Nacional de Educação diante dos desafios de um Sistema Nacional e tudo que há por fazer. O momento do planejamento foi de tomada de consciência desses desafios e eleição de prioridades. Isso é fundamental e mostra a maturidade da Undime em perceber essa necessidade de se planejar em um momento de tantos desafios.”

Para o presidente da Undime Região Norte e Undime Amazonas, Edelson Penaforth Pinto, Dirigente Municipal de Educação de Tonantins (AM), o planejamento estratégico é o principal instrumento para tomada de decisão da entidade.

“Nós realmente priorizamos as ver-



“O educador extraordinário tem 3 F’s na vida dele que o torna diferente dos outros. O F de Força, Fôlego e Flexibilidade.”

Roberto Carlos Ramos, contador de histórias

15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2015

dadeiras necessidades da educação pública brasileira para aprofundá-la e defendê-la em todas as frentes, tanto no Congresso Nacional quanto no Ministério da Educação. Primeiro, a gente organiza as prioridades da educação pública municipal, elenca e vê as que têm de ser resolvidas com mais rapidez. Em seguida, foca, coloca metas. Para que possamos, como instituição, cobrar e defender as nossas necessidades, o nosso planejamento é fundamental”, analisa.

O presidente da Undime Alagoas e Dirigente Municipal de Educação de Dois Riachos (AL), Carlos Rubens de Araújo, também destaca a importância do planejamento estratégico institucional como ferramenta para a boa gestão municipal da educação.

“O planejamento estratégico da Undime busca gerenciar a formulação de objetivos para uma execução de ações direcionadas a fins satisfatórios. A realização dessa proposta pela Undime demonstra o seu compromisso e organização para com a educação municipal. Com esse planejamento, podemos nortear de forma mais efetiva as ações da entidade na defesa da educação pública com qualidade social, tornando-a mais forte a partir da gestão de recursos, eficiência, eficácia e efetividade dos projetos e programas a serem desenvolvidos.”

Plano de Ação Estratégico da Undime - Biênio 2015/ 2017

Temas prioritários

1. Pacto Federativo
2. Ensino e aprendizagem
3. Oferta de matrículas
4. Financiamento da educação
5. Valorização dos profissionais da educação
6. Gestão democrática

Formação

A Undime desenvolve atividades de formação e capacitação do Dirigente Municipal de Educação e das equipes técnicas das secretarias municipais de educação com o objetivo de melhorar a educação pública do país. Dessa forma, organiza e promove seminários, fóruns, congressos e reuniões com participação de especialistas e instituições que fazem e pensam a educação.

A qualificação profissional é imprescindível para que o professor desenvolva um bom trabalho, afirma o suplente da Presidência Região Nordeste da Undime, Rodrigo Guará Nunes, Dirigente Municipal de Educação de Grajaú (MA).

“A forma de mostrarmos novas técnicas e habilidades para os nossos gestores, dentro das suas linhas de trabalho, é qualificando-os. Sem isso, não temos como evoluir na gestão educacional do país, principalmente quando se destaca a gestão municipal – onde as informações chegam com dificuldade. O papel da Undime é de fundamental importância para fazer a ligação das instituições nas esferas municipal, estadual e federal. Sem a Undime, os secretários de educação ficariam em uma deriva muito grande no que se refere à força de direcionamento, de discussão para que a gente possa avançar naquilo que é de interesse da instituição perante as secretarias de educação, principalmente quando se fala na parte técnica da nossa educação pública”, avalia.

A conselheira fiscal da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Colorado do Oeste (RO), Fátima Notaro, ressalta as parcerias com o Fundo Nacional pelo Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação para a realização de capacitações e de fóruns nacionais – ordinários e extraordinários – pela Undime. “É uma grande parceira em tudo que a gente sempre precisou. Começou pequena e cresceu bastante. Hoje, esses espaços têm uma voz bem representativa dentro dos órgãos do governo e isso nos ajuda muito no dia a dia da educação municipal no país.” ■

A missão do Dirigente Municipal de Educação e o seu papel para a garantia do direito à educação

Gerir uma Secretaria Municipal de Educação é um desafio diário para os gestores de todo o país. A função do Dirigente Municipal de Educação (DME), além de implementar políticas públicas educacionais, inclui a missão de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento físico, social, econômico, político e cultural de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Para a Undime, além de competências técnicas, o Dirigente Municipal de Educação deve ter clareza sobre suas responsabilidades administrativas, políticas e sociais relativas a sua área. Segundo o *Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação: Fundamentos, Políticas e Práticas*, publicado pela Undime em 2012, o gestor público deve compreender que a “Educação é um direito humano fundamental”.

A presidenta da Undime Roraima e Dirigente Municipal de Educação de Rorainópolis (RR), Ederlanya Prazeres, ressalta que o dirigente deve ter uma visão macro do sistema em que está inserido. “Primeiro, o gestor precisa ter conhecimento das políticas públicas da área educacional, se apropriar de todos os programas, ações e recursos em nível nacional, estadual e municipal. Além disso, deve conhecer os benefícios que pode trazer para o município e também buscar parcerias, já que há muitos municípios que não têm arrecadação própria suficiente.”

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os acordos internacionais e as políticas, programas e projetos educacionais públicos nas esferas municipal, estadual e federal apontam que o DME deve focar suas ações na busca permanente da redução das desigualdades sociais. Para a Undime, essa é uma contribuição do gestor para resolver a dívida social gerada historicamente no país pela ausência do Estado.

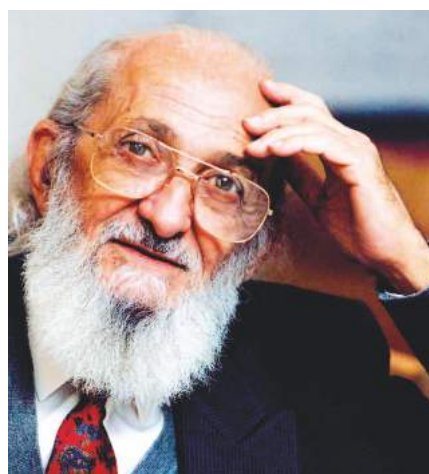
A presidenta da Undime Piauí e Dirigente Municipal de Educação de Águas Brancas (PI), Cleidimar Tavares, enfatiza que a atividade do Dirigente Municipal de Educação exige um alto nível de dedicação. “É uma tarefa que requer muita dedicação e compromisso, aliados ao conhecimento dos desafios que precisamos enfrentar. O Dirigente Municipal de Educação

precisa ter sensibilidade, responsabilidade e amor pelo que faz, porque quando tem sensibilidade é capaz de entender a necessidade do outro e desenvolver um trabalho eficiente.”

Busca por conhecimento

Os dirigentes por dever das funções públicas que exercem, precisam ter conhecimento pleno da realidade educacional do país para realizar com eficiência as políticas que estão sob sua responsabilidade. Independente de momentos de crise, os gestores trabalham com recursos limitados e pouco tempo para implementar políticas e programas e, por isso, não podem prescindir de planejamento.

A busca por conhecimento amplo da política educacional brasileira também é ressaltada pelo secretário de Coordenação Técnica da Undime, presidente da Undime Tocantins e Dirigente Municipal de Educação de Araguaína (TO), Jocirley de Oliveira.



Divulgação/Internet

“Se a Educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

Paulo Freire (1921-1997)
Presidente de honra da Undime



“É fundamental ser conhecedor da educação e que ela esteja acima de qualquer outro aspecto. Acima de qualquer coisa está o conhecimento, é importante que ele permeie todas as áreas da gestão”, analisa.

Já a presidenta da Undime Sergipe e Dirigente Municipal de Educação de Aracaju (SE), Márcia Valéria Santana, destaca que o preparo acadêmico é fundamental para o exercício do cargo com segurança. Outro aspecto ressaltado por ela é a importância da realização de diagnósticos situacionais para focar as ações em áreas mais fragilizadas da educação no município.

“A classe política precisa acordar para o perfil do dirigente que vai colocar à frente da Secretaria de sua cidade. Além de ser academicamente preparado, ele deve reunir elementos que são essenciais para sua gestão: ter a liberdade de construir um planejamento executivo, que dê à cidade em curto, médio e longo prazo os resultados educacionais que ela precisa. É necessário fazer um diagnóstico real da circunstância e da situação. Além disso, é necessário ter o apoio dos professores e da comunidade escolar”, frisa.

Para a presidenta da Undime Rondônia e DME de Ji-Paraná (RO), Leiva Pereira, o maior desafio do gestor à frente da Secretaria Municipal de Educação é conseguir equilibrar questões técnicas e político-partidárias em sua gestão, especialmente em momentos como a atual crise econômica federal, que tem afetado os municípios brasileiros. “Não há mais espaço nas secretarias de educação para um dirigente apenas político. É necessário conhecer as questões da educação brasileira e ter um perfil que saiba lidar com a diversidade de interesses da administração pública, as várias ideologias – já que é secretário de todos”, afirma. ■

Memorial de Gestão

Processo de transição de forma mais transparente e democrática



Todas as secretarias municipais de educação devem se preparar para a nova gestão que terá início em janeiro de 2017, registrando as ações implementadas ao longo dos últimos quatro anos, as que estão em andamento e as que estão por realizar. Como, ainda não há uma legislação nacional que especifique processos de transição entre governos, cada unidade da federação tem autonomia para editar normas legais ou diretrizes que estabeleçam procedimentos para a transição de equipes, principalmente porque o último ano de gestão exige uma série de cuidados. Entre eles, verificar as metas que devem ser cumpridas, de acordo com o Plano Plurianual e com o Plano Municipal de Educação. E, principalmente, respeitar os limites de gastos com pessoal, determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para contribuir com o processo de transição, o Conviva Educação lançou no início deste ano a área do Memorial de Gestão da Educação Municipal, e a respectiva ferramenta, que permite aos dirigentes municipais de educação e equipes o registro dos avanços, das conquistas e da situação da Secretaria de Educação quanto a diferentes campos de atuação. Para cada área de gestão, há um formulário que, após preenchido, pode ser salvo no computador, impresso e distribuído. Ao todo, mais de 700 municípios já registraram uso do Memorial de Gestão. A Secretaria, após concluir o processo de elaboração do Memorial, deve torná-lo público tanto para a equipe que assumirá a nova gestão quanto



Instituto Natura

para a comunidade. Dessa forma, as ações, os programas e as políticas desenvolvidas ao longo dos últimos quatro anos serão de conhecimento de todos. Assim como as demais áreas e ferramentas do Conviva, o acesso ao Memorial é gratuito e liberado às secretarias municipais de educação cadastradas na plataforma.

“O Conviva tem ajudado muito os municípios em todo o Brasil, tanto nos procedimentos para o gestor, como agora com o Memorial de Gestão. Neste período de transição temos de deixar para a futura administração um histórico do que a gestão tem feito e o Memorial tem contribuído muito para os municípios, para a Secretaria de Educação e para os secretários”, avalia a presidenta da Undime Rio

Grande do Norte e Dirigente Municipal de Educação de Ipanguaçu (RN), Jeane Bezerra. “O Conviva é uma ferramenta de fundamental importância para quem vai chegar - conhecer como funciona [a Secretaria], como está o andamento dos programas, projetos, planos, tanto nacional quanto ações próprias do município e as parcerias” conclui.

Para a presidenta da Undime São Paulo e Dirigente Municipal de Educação de Pereira Barreto (SP), Marialba Carneiro, o período eleitoral deve ser um momento rico para democracia, quando o cidadão brasileiro exerce sua soberania, e não um risco de descontinuidade de políticas públicas e atraso de ações importantes. “O Memorial de Gestão traz em seu cerne as possibilidades de registrarmos todas as nossas ações. Estamos implantando políticas públicas que já deram certo e que temos de resguardar para sua continuidade. Algumas que ainda são embriões precisam ser aprimoradas, merecem mais um tempo de atenção, para que possam evoluir. E tem ainda as políticas públicas que ainda estão por vir em razão de novos desafios, mas que a gente já tem um olho lá no futuro”, aponta.

Importância do registro

O processo de transição fortalece os cinco princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,



Instituto Natura

conforme o artigo 37 da Constituição Federal. Esse processo também atende as recomendações dos Tribunais de Contas sobre as medidas que devem ser adotadas neste período.

Para que os novos dirigentes municipais de educação possam conhecer as especificidades da Rede Municipal, é preciso que tenham acesso às informações organizadas pela atual equipe. E que todos os dados sejam transparentes. O Memorial de Gestão contribui com este trabalho ao permitir o armazenamento e a organização desses dados e dessas informações. Isso evitará equívocos ou atitudes indevidas no futuro.

A presidenta da Undime Espírito Santo e secretária de Articulação da Undime, Adenilde Stein, Dirigente Municipal de Educação de Marechal Floriano (ES), destaca que o Memorial permite o apoio na organização das ações das secretarias de educação. “É um instrumento que permite o registro de todas as informações. É muito difícil para o gestor que chega ao município saber onde parou [o trabalho da administração anterior]. Assim, a ferramenta é fundamental para que haja a continuidade das ações”.

A gestão da educação deve ser organizada a partir do contexto e da realidade específica de cada município. Mas, planejar as ações, organizar os processos cotidianos e registrar as informações devem ser práticas permanentes de todos os dirigentes e suas equipes.

O diretor-presidente do Instituto Natura, David Saad, ressalta que o Conviva tem apoiado o fortalecimento da atuação de gestores e técnicos das



Raphael Fuhr

“Façam o acervo do caminhar pedagógico da sua rede. Nós não temos registro das coisas ótimas que são feitas e aí então a consequência é isso. Se fala só do copo vazio”.

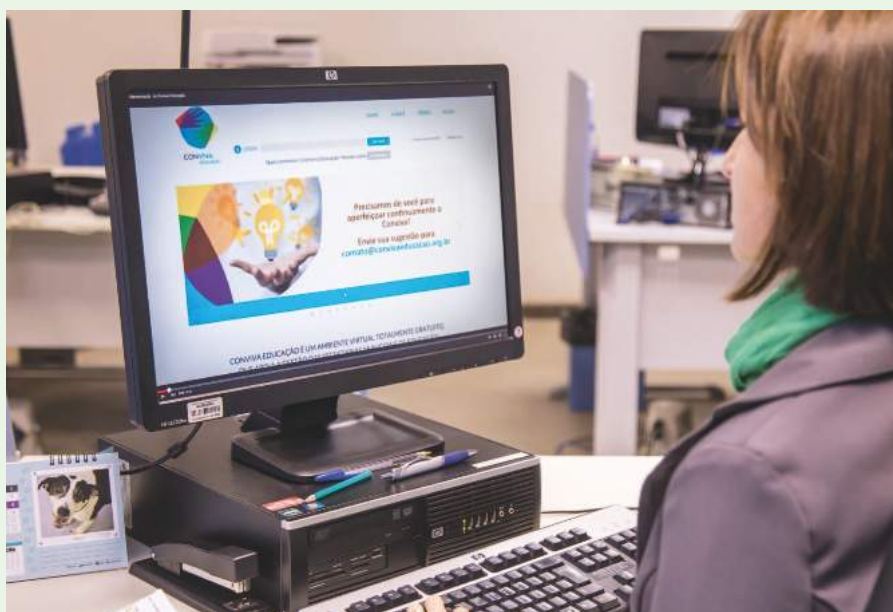
Elvira Souza Lima, pesquisadora em desenvolvimento humano e aprendizagem, 6º Fórum Nacional Extraordinário da Undime, 2014

secretarias municipais de todo o país, a partir do desenvolvimento de melhores práticas de gestão educacional. “A descontinuidade administrativa é hoje um dos principais gargalos na gestão da educação nas secretarias. Para mudar esta realidade, o Conviva Educação tem apoiado os gestores na composição do histórico de ações das secretarias, o que é fundamental para assegurar a continuidade ou melhorias em projetos bem-sucedidos, inclusive em momentos de transição de governos”, destaca Saad.

O repasse de informações e documentos para a nova equipe vai inibir ações indevidas. Esse diálogo transparente também evita o adiamento de ações importantes para o correto funcionamento da Rede Municipal de Ensino. Assim, um processo democrático de transição se transforma em garantia para os atuais gestores e segurança para aqueles que vão assumir os cargos. Mas isso depende da organização de um trabalho adequado entre as equipes, durante o período de transição. ■

Memorial de Gestão – Conviva Educação

- acompanhar as atividades realizadas e registrar as informações nas respectivas áreas de gestão do Conviva;
- recolher informações e documentos, registrá-los e arquivá-los no Memorial de Gestão do Conviva;
- constituir a comissão de transição;
- definir o calendário e o cronograma dos encontros da comissão de transição;
- discutir medidas para garantir o início do ano letivo seguinte;
- publicar e divulgar o Memorial para o público em geral.



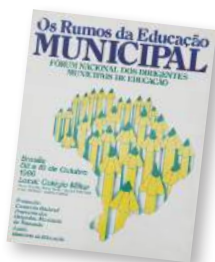
Instituto Natura

Linha do tempo

1986

Criação da Undime

Em 1986, são realizados a IV Conferência Brasileira de Educação, em Goiânia, e o 1º Encontro Nacional dos Dirigentes Metropolitanos de Educação, em Olinda (PE). Em discussão, assuntos recorrentes até hoje: financiamento e qualidade da educação, formação dos profissionais, legislação educacional, administração e gestão municipal. Também entraram na pauta a Constituinte, a municipalização da educação e a criação da Undime, concretizada no dia 10 de outubro, durante o 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Dirigente, sim, secretário, não. Além de atender aos municípios que não usam o termo secretário, a escolha da palavra dirigente mostra que o responsável pela educação deve dirigir a pasta e não secretariar. São criadas as seccionais da Undime de **CE, PB, PR, RN e RS**.



1988

Luta pelo salário-educação

A Undime parabeniza o então ministro da Educação, Hugo Napoleão, pelo esforço do MEC em se posicionar contra os cortes nos recursos do salário-educação e ressalta a importância dessa fonte financeira para a manutenção das redes de ensino.



1986

1987

1988

1989

1987

Municipalização em pauta

Em novembro, é realizado o 2º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. A pauta é a municipalização. São criadas as seccionais da Undime do **AC, BA, MA, PE, PI, SC e SP**.



1989

Propostas para a LDB

A Undime realiza seu 3º Fórum Nacional. São aprovadas propostas para o debate sobre a LDB, estabelecendo como pontos fundamentais: trabalho como princípio educativo, democratização da gestão e da organização do sistema de ensino, recursos financeiros e competências das esferas públicas, e magistério e formação de carreira. Neste Fórum, o educador Paulo Freire é consagrado como presidente de honra da Undime. Em 1989, é criada a seccional da Undime do **MS** e a Undime **MG**, em substituição à Associação dos Dirigentes Municipais de Educação/MG (Adime), que existia desde 1986.



Undime

1986 - 2016

1990

Capacitação dos Dirigentes

A Undime promove o Programa de Capacitação de Dirigentes Municipais, com participação de dois municípios de cada estado. São criadas as seccionais da Undime de **RO** e **SE**.



1990

1992

Secretaria executiva fechada

Em 1992, a Undime passa por grandes dificuldades. A secretaria executiva da instituição é fechada, sem perspectiva de reabertura. No mesmo ano, o **RJ** cria a Undime no estado, substituindo o Fórum de Secretários Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que existia desde 1984.



1992

1991

Autonomia para os municípios

No 4º Fórum Nacional da Undime, os dirigentes discutem os temas: sistema nacional de educação articulado, universalização da educação básica de boa qualidade, gestão democrática, alfabetização como desenvolvimento da reflexão crítica, valorização do professor e do aluno, e recursos financeiros suficientes para a garantia da qualidade. O Fórum manifesta apoio à emenda à LDB referente ao salário-educação e à ampliação da autonomia e poder dos municípios. Neste ano, é criada a seccional da Undime de **GO**.



1991

1993

Continua a articulação

Em 1993, são criadas as seccionais da Undime de **AL** e do **MT**.



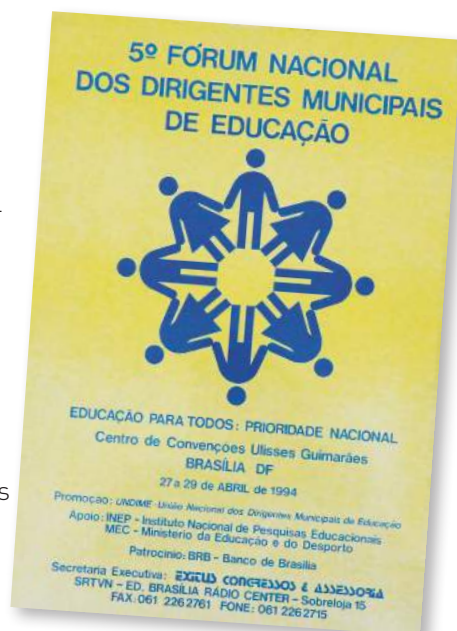
1993



1994

Antigas pautas, novas cobranças

Dirigentes de todo o país reúnem-se no 5º Fórum Nacional da Undime, em Brasília. A pauta inclui debates sobre Estado, cidadania e perspectivas da educação; Plano Decenal de Educação para Todos; descentralização dos programas educacionais; o desafio do Regime de Colaboração; LDB; salário-educação e revisão constitucional. As seccionais da Undime no **TO** e no **ES** são criadas neste ano.



1996

Reinstalação da secretaria executiva

Em 1996, é eleita uma nova diretoria para um mandato temporário. A Undime participa do 1º Coned (Congresso Nacional de Educação), organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. É também o ano de reestruturação da secretaria executiva da Undime, em Brasília. É criada a Undime do **PA**.



1994

1995

1996

1997

1995

Retomada da articulação

Ainda sem secretaria executiva, a Undime realiza o seminário Institucionalização da Undime e Perspectivas da Educação no Brasil, com participação de todas as secretarias do Ministério da Educação. A reabertura da secretaria executiva é proposta na ocasião.

1997

LDB e Fundef

Diante das novidades da LDB e do Fundef, a Undime realiza o 6º Fórum Nacional. Na pauta, a trajetória da entidade, as contribuições dos organismos internacionais para a educação básica, o financiamento da educação e diretrizes curriculares nacionais.

Durante as atividades do Fórum, é realizado o Ato em Defesa da Escola Pública de Qualidade no Congresso Nacional. Também em 1997, a Undime promove o curso "A educação municipal a caminho da autonomia", considerado o precursor do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem. No mesmo ano, a Undime integra a discussão das duas propostas em torno do Plano Nacional de Educação: uma do MEC e outra da sociedade civil. Neste ano, é criada a seccional da Undime do **AM**.



1998

Planejamento Estratégico

A Undime realiza o seminário Avaliação e Planejamento para construir o Plano de Ação do biênio 1997/1999; e o seminário Escola e Convivência com a Seca, no Semiárido baiano. O ano de 1998 também marca a criação das seccionais do **AP** e de **RR**.



2000

Perfil dos Dirigentes Municipais

A Undime realiza encontros regionais e lança o livro “Dirigentes Municipais de Educação – Um perfil”, fruto de parceria com a Unesco e resultado de um questionário aplicado dois anos antes. O ano 2000 também é marcado pelo debate sobre a repartição do salário-educação entre estados e municípios e pelo manifesto “Por uma educação sem exclusão”.



1998

1999

2000

2001

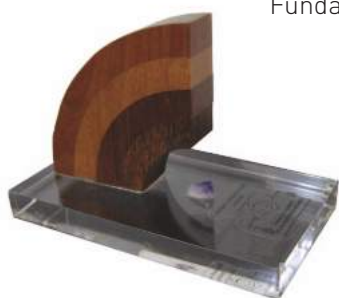


1999

Prêmio Criança

1999 é ano do 7º Fórum Nacional. São discutidos temas como conjuntura nacional; ensino fundamental; Federalismo: morte ou ressurreição dos municípios; ações do FNDE; Plano Nacional de Educação; censo escolar; educação infantil; e Fundescola.

A Undime também promove o Seminário de Avaliação do Fundef, com o Conselho Nacional de Representantes e participação do Consed, CNTE, Inep, MEC, Unesco e Unicef. Recebe pela primeira vez o Prêmio Criança, entregue pela Fundação Abrinq.



2001

Plano Municipal de Educação em discussão

2001 é um ano de conquistas. Eleito no 8º Fórum Nacional, o presidente da Undime compra a sede da instituição e afirma: “está na hora de a Undime caminhar com as próprias pernas, com autonomia e independência”. Na carta final do Fórum, são apresentados posicionamentos e reivindicações, entre as quais

a revisão imediata do custo aluno pela matrícula do ano em curso, materialização do regime de colaboração, revisão da Lei do salário-educação e rediscussão dos mecanismos do financiamento da educação. No mesmo ano, são produzidos dois documentos: o roteiro para elaboração do Plano Municipal de Educação e a Minuta para uma Lei de Sistema Municipal de Ensino. Em 2001, a Undime passa a integrar o comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

2002

Fundeb em debate

A Undime realiza o 1º Fórum Nacional Extraordinário, quando inicia a discussão do Fundeb. Os participantes propõem uma discussão com os candidatos à Presidência da República e defendem um novo perfil para a educação brasileira, com qualidade e inclusão. Neste Fórum, o Conselho Nacional de Representantes aumenta o número de membros e é criado o Colégio Eleitoral, formado por delegados e pelos próprios conselheiros.



2004

18 anos da Undime

Tem início o Movimento Fundeb pra Valer!, coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O tema também é discutido em uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Representantes. Em outra reunião do Conselho, a Undime comemora 18 anos com o Seminário sobre Sistema Nacional de Educação e Política de Educação do Campo. Neste ano, a Undime recebe o segundo reconhecimento da Fundação Abrinq pelo compromisso com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ainda em 2004, a Undime publica os resultados do Diagnóstico da Situação dos Municípios Brasileiros com referência ao Plano Municipal de Educação. A parceria com o Unicef apresenta um retrato da realidade educacional dos municípios.



2002

2003

2004

2005

2003

Propostas de financiamento em análise

Finalmente, em 2003 as reivindicações da Undime quanto à distribuição da quota-parte do salário-educação são atendidas. Uma lei determina que os municípios devem receber os recursos conforme o número de matrículas.



A Undime lança o Portal na Internet e realiza o 9º Fórum Nacional, que conta com a presença de três ministros e debate temas como conjuntura nacional, escola ideal, gestão democrática, analfabetismo, Custo Aluno-Qualidade e as possibilidades de implementação de diversos fundos de manutenção. A plenária do Fórum decide apoiar um fundo único, mas solicita a produção de um estudo inédito para traçar os impactos das diversas alternativas de financiamento. O trabalho tem a parceria da Frente Nacional dos Prefeitos. O resultado é entregue ao ministro da Educação e ao Congresso para nortear a continuidade da discussão em torno do Fundeb.

2005

Diferentes Diferenças

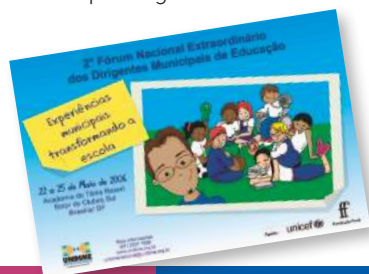


Pela primeira vez, a Undime é convidada a organizar o Eneja, Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, na 7ª edição do encontro. 2005 também é o ano do 10º Fórum Nacional. Na carta final, são destacados dez temas: apoio ao Fundo Único, defesa do dirigente como gestor dos recursos da educação, ampliação do atendimento da educação infantil, oferta da educação de jovens e adultos considerando os concluintes da alfabetização, apoio ao ensino fundamental de nove anos, defesa da inclusão educacional, defesa da educação no campo, implementação de programas de formação inicial e continuada de educadores, implementação de gestão democrática, e instituição do regime de colaboração. No fim do ano, é realizado o seminário Diferentes Diferenças, com a participação do Conselho Nacional de Representantes e convidados do Consed, dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, da Undime, dos Conselhos Estaduais de Educação e de outras entidades da sociedade civil, além do governo federal.

2006

Inclusão das creches no Fundeb

É lançado o Programa de Apoio dos Dirigentes Municipais de Educação - Pradime, construído com intensa contribuição da Undime. A entidade participa novamente da organização do Eneja, agora na 8ª edição. 2006 também é o ano do 2º Fórum Nacional Extraordinário, com a apresentação de experiências municipais. Na carta do Fórum, a Undime lança uma pauta de reivindicações aos presidentiáveis: manutenção da vinculação constitucional para a educação, retorno dos recursos desvinculados pela DRU, promoção de uma reforma tributária justa, preservação dos recursos do salário-educação, convocação da Conferência Nacional de Educação, implementação do Piso Salarial para os profissionais da educação e, novamente, a instituição do Regime de Colaboração. Compondo o Movimento Fundeb pra Valer!, a Undime conquista em 2006 uma das vitórias mais significativas da instituição: a inclusão das creches no Fundeb, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 53 que regulamenta o tema.



2008

Memorial de Gestão

A Undime promove o 3º Fórum Nacional Extraordinário. Com o Fórum, é realizado um encontro de formação do Pradime e os dirigentes são orientados a construir o Memorial de Gestão. No documento devem constar todas as ações da Secretaria. O objetivo é que o memorial seja entregue ao novo DME. O Conselho Nacional de Representantes reúne-se para discutir a proposta de Reforma Tributária. A Undime lança a pesquisa Redes de Aprendizagem, em parceria com o Unicef, MEC e Inep, para identificar boas práticas de redes municipais de ensino. É realizado o 1º Seminário Internacional da Undime, para debater os diversos contextos da alfabetização. É encerrado o trabalho do Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semiárido - Proforti, em parceria com a SEB/MEC.



2006

2007

2008

2009



2007

Fundeb sancionado

A Undime realiza o 11º Fórum Nacional, em São Luís (MA). O Ministério da Educação dá detalhes sobre a recém-promulgada Lei do Plano de Desenvolvimento da Educação. Os temas mais importantes do Fórum são: visão dos meios de comunicação sobre a educação pública, educação infantil, Prova Brasil, alfabetização infantil, currículo, ensino fundamental de nove anos, Fundeb e Custo Aluno-Qualidade Inicial. A Undime encerra as ações e estratégias relacionadas ao Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, em parceria com a Secad/MEC. É sancionada a Lei do Fundeb.

2009

Missão: articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social

É realizado o 12º Fórum Nacional da Undime. Na pauta, educação e gestão do conhecimento, direito de aprender, planejamento estratégico, moral, ética e educação, e direito à educação. Neste ano, cada gestor recebe da Undime a Agenda dos Cem Primeiros Dias e o Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação: Fundamentos, Políticas e Práticas. Também é realizado o Seminário de Planejamento Estratégico com o Conselho Nacional de Representantes para definir a missão, os princípios da Undime e o Plano de Ação para o biênio 2009/2011.

Inicia-se o Programa de Formação de Gestores Públicos com o tema "Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica".



2010

Programa de Formação de Gestores

A Undime continua desenvolvendo o Programa de Formação de Gestores Públicos com oficinas sobre Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Também promove uma série de Encontros de Educadores sobre gestão, avaliação e novos marcos legais. Publica a pesquisa Caminhos do Direito de Aprender em parceria com Unicef, Inep e MEC. O levantamento analisa 26 municípios com aumento significativo no Ideb para apurar o processo que os fizeram avançar.



2012

Undime, 25 anos construindo redes

É divulgada a pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros - Ano-base: 2009. Os dados mostram como a aplicação da verba no setor ocorre em todas as regiões do país. Em maio, é realizado o 5º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação com o tema: "Undime, 25 anos construindo redes". São realizadas duas reuniões do Conselho Nacional de Representantes. Especialistas trabalham para reelaborar e atualizar o conteúdo da "Agenda dos Cem Primeiros Dias" e do caderno "Orientações: Fundamentos, Políticas e Práticas". O objetivo das publicações é contribuir com o trabalho dos gestores que assumem as Secretarias em janeiro de 2013. A equipe da secretaria executiva da Undime participa de capacitação para começar a desenvolver o Manual de Governança. É aprovado na Câmara dos Deputados o substitutivo ao PL 8.035/ 2010, o PNE, com a destinação de 10% do PIB para a educação pública, a determinação para que o CAQi e CAQ sejam implementados, e a meta de alfabetização das crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. O trabalho articulado entre Undime, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e PNE pra VALER! derruba o Recurso 162/ 2012 e evita a rediscussão de todo o PNE.

2010

2011

2012

2013

2011

PNE em debate

A Undime e outras instituições ligadas à educação pressionam deputados da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação por mudanças no texto original do Projeto de Lei 8.035/ 2010, encaminhado pelo Executivo. É lançado o Movimento PNE pra Valer!, coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à



Educação. A Undime cria e torna público o banco de dados (pne.undime.org.br), organizando as quase 3 mil emendas apresentadas ao PNE. E também participa de todas as audiências públicas promovidas pela Comissão Especial. O plano é pauta de seminários regionais da Undime, além do 13º Fórum Nacional, realizado em maio de 2011. E continuam os Encontros de Educadores sobre gestão, avaliação e novos marcos legais e sobre avaliações institucional e de aprendizagem. É realizado o 4º Fórum Nacional Extraordinário. A Undime conclui a pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros - Ano-base: 2009, em parceria com o Unicef e a Fundação Itaú Social. A pesquisa revela os gastos reais da educação básica e serve como suporte para o melhoramento na destinação dos recursos.

2013

Aprovação dos royalties para a educação pública

A Undime e 11 institutos e fundações parceiras lançam o Conviva Educação. O ambiente virtual é uma ferramenta tecnológica gratuita que tem por objetivo apoiar o processo de gestão e planejamento da educação pública municipal e, com isso, contribuir para a aprendizagem dos estudantes. O 14º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é realizado em maio com o tema "O Dirigente Municipal de Educação como sujeito da gestão educacional". Todo o país mobiliza-se em torno da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2014. São realizadas conferências municipais, intermunicipais, estaduais e livres. A Undime apresenta emendas ao documento referência da Conae 2014. A Undime, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o movimento PNE pra Valer! continuam trabalhando para garantir a aprovação do Plano Nacional de Educação, que agora tramita no Senado. A Undime atua fortemente em outras ações de *advocacy* no Congresso Nacional. É aprovado e sancionado o Projeto de Lei 323/ 2007, que prevê a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação pública.



2014

PNE sancionado

Em maio, a Undime realiza o 6º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, com a temática “O fortalecimento da gestão das políticas educacionais para garantir o direito à educação”. É a primeira vez que a Undime promove, no Fórum, oficinas voltadas para as áreas da gestão educacional com a parceria do Conviva Educação. Após quase quatro anos de tramitação no Congresso Nacional, o PNE é sancionado no dia 25 de junho, com 20 metas que devem ser cumpridas ao longo dos dez anos seguintes. A Undime, com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, trabalhou para que a aprovação do PNE ocorresse ainda em 2014. Em novembro, é realizada a 2ª edição da Conae, a partir do tema “O Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”.



2014

2015

2015

Planos Decenais de Educação em debate

Até junho de 2015, estados e municípios têm de elaborar e/ ou revisar e sancionar em lei seus planos de educação, conforme prevê o PNE. O 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é realizado em junho. Na pauta, a implementação do Sistema Nacional de Educação. Em setembro, a diretoria executiva da Undime e as presidências das seccionais se reúnem para debater o tema “Financiamento da educação: CAQi, Fundeb, Plano de Carreira e Piso Salarial dos Profissionais do Magistério”. Em outubro, a Undime conclui e apresenta às seccionais o Manual de Governança e inicia o processo de discussão e construção de seu Planejamento Estratégico para o biênio 2015/ 2017. Em novembro, é realizado o Prêmio Undime de Jornalismo. A partir do tema “Boas iniciativas na educação básica pública municipal”, a Undime e seus parceiros premiam 12 jornalistas, em quatro categorias.



2016

Undime – 30 anos em defesa da educação pública

Logo em janeiro, o Conselho Nacional de Representantes se reúne para concluir o processo de discussão e elaboração do Planejamento Estratégico para o biênio 2015/ 2017 e para construir o posicionamento da Undime sobre a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em junho, a Undime coordena o lançamento da “Agenda prioritária para a Primeira Infância: qualidade e equidade nas políticas públicas”, resultado da reflexão coletiva de um grupo formado por representantes de institutos, fundações, entidades, movimentos e especialistas das áreas de educação, saúde e assistência social. A proposta está estruturada em sete ações estratégicas, que se subdividem em um conjunto de sugestões de atividades, além de pressupostos orientadores da formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância. A ideia é incentivar candidaturas às prefeituras municipais a assumirem o compromisso com a primeira infância. De junho a agosto, Undime e Consed, com apoio do Ministério da Educação, realizam os seminários estaduais para analisar a segunda versão da BNCC e entregam posicionamento conjunto ao MEC, a partir dos debates realizados nos estados. Em setembro, é descerrada a Galeria de Presidentes da Undime. E as ações continuam...

2016



Depoimentos



Edla de Araújo Lira Soares

“A Undime surge em 1986, no interior do processo de redemocratização do país, vinculada aos movimentos sociais que se constituíram em defesa da universalização da educação básica de qualidade social e na construção de um mundo socialmente justo. Desde as origens, seus compromissos éticos mobilizam ações que propiciam a formação de dirigentes municipais de educação, fortalecem a autonomia dos municípios na gestão das políticas educacionais, e buscam assegurar o atendimento escolar sob a ótica do direito.”

Edla de Araújo Lira Soares
Fundadora da Undime e presidenta em 1986/ 87 e em 1995/ 96.



Waldyr Amaral Bedê - *In memoriam*

“Era um período de grande mobilização nacional, com participação popular e sindical oriundo dos vários segmentos trabalhistas e sociais. O professor Waldyr Bedê atuou diretamente, viajando a todos os estados do Brasil, visitando inúmeros municípios, ouvindo, observando a demanda dos pequenos e médios municípios. Participou de várias discussões, comissões e fóruns, quando buscava ser o porta-voz de milhares de dirigentes municipais, pontuando os principais problemas e descasos com a educação brasileira, desde o fluxo de verbas financeiras, salários dos professores, péssima qualidade do ensino e milhões de crianças e jovens fora da sala de aula. Propôs o redimensionamento, por meio de um debate amplo junto ao Ministério da Educação, defendendo a municipalização do ensino, além de mostrar aos gestores municipais a função, objetivos e papel dessa nova instituição chamada Undime”.

por Waldyr Leonel Tonolli Bedê (filho)
Waldyr Amaral Bedê, *in memoriam*, presidente em 1987/ 89.



Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues

“A fundação da Undime pelos dirigentes municipais de educação em 1986 foi um marco na história da educação brasileira, porque trouxe à realidade a discussão sobre a situação da educação nos municípios, a responsabilidade assumida, a desigualdade social expressa no ambiente das escolas municipais, as divergências na aplicação dos recursos e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos. A grande discussão que resultou na estruturação da entidade foi a necessidade da aplicação dos recursos mínimos definidos e relacionados à receita dos municípios, dos estados e da União. Esta bandeira foi amplamente discutida e constou da aprovação da Lei Calmon no Congresso, sendo posteriormente incorporada à Constituição Brasileira em 1988. A Undime se constitui em entidade forte atualmente porque conseguiu congrega a grande maioria dos dirigentes municipais de educação deste país continental, e porque participou de forma sistemática de todas as oportunidades de discussão sobre a educação básica, em parceria com o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação. A educação avançou, quase todos estão matriculados nas escolas. A luta continua pela melhoria da qualidade já que os indicadores do Ideb ainda não indicam proeficiência necessária ao exercício da cidadania”.

Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues
Presidenta em 1989/ 91 e em 1991/ 92

presidentes



Linda Monteiro

"Em minha gestão percorri quase todo o país promovendo a integração da Undime com entidades afins e intermediando os pleitos da educação municipal, fortalecendo a entidade. Nesse período, a Undime liderou campanha nacional pela municipalização da merenda escolar e do transporte escolar. Foram ganhos extraordinários, pois, até então, a merenda era padronizada com muitos alimentos industrializados e enlatados, sem respeito aos hábitos alimentares regionais. Essa falha foi suprida com a permissão para que cada escola municipal pudesse adquirir sua merenda no próprio município, contribuindo para o fortalecimento da economia local. Na ocasião, a Undime também teve participação fundamental e efetiva nas discussões e na elaboração do Plano Nacional de Educação para Todos, que inclusive subsidiou o documento elaborado em 1993, sob a coordenação do MEC. A partir desse documento, foi elaborado o Plano Decenal de Educação Para Todos, destinado a cumprir, no período de uma década, as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. À época, o documento foi considerado 'um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental no país'".

Linda Monteiro
Presidenta em 1992/ 94



Maria Helena Guimarães de Castro

"O que mais impressiona ao longo dos 30 anos de trabalho da Undime é o seu fortalecimento do ponto de vista institucional e a maneira como a entidade se enraizou em todos os municípios no país. Quando fui presidente, de 1994 a 1995, a Undime não possuía sequer uma sede. Lembro-me que nesse período conseguimos apoio para organização da sua sede em Brasília. A Undime é hoje uma entidade reconhecida como um dos principais atores do processo de formulação e implementação da educação no Brasil. Parabêniz a todos que contribuíram e contribuem com esse trabalho."

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidenta em 1994/ 95



Adeum Hilario Sauer

"Com a Undime, estabelece-se a interlocução política, no âmbito da educação, entre municípios, estados, União e Congresso Nacional. Os municípios deixam de ser invisíveis e passam a ter voz e 'voto' na construção dos programas e das políticas públicas educacionais. Ao longo de sua história, a Undime consolidou-se como representante da educação pública municipal em todas as instâncias e junto a todos os setores. E para garantir a autonomia e independência nessa representação, em nossa primeira gestão, em 1996, reestruturamos a secretaria executiva em Brasília, e, em 2001, adquirimos a sede própria. Conseguimos assegurar à instituição uma estrutura e equipe com condições para dar o suporte às ações de comunicação, *advocacy*, projetos e pesquisas. É muito gratificante poder lembrar a contribuição dada para a construção e o fortalecimento do papel institucional da Undime ao longo dos três mandatos como presidente. Parabéns à Undime!"

Adeum Hilario Sauer
Presidente em 1996/97, 2001/ 03 e em 2003/ 05



Neroaldo Pontes de Azevedo

“Um dos objetivos da gestão foi dar visibilidade à Undime, por meio da presença de seus dirigentes nos mais diversos eventos e nos Conselhos que envolviam a educação. Representei a entidade, por exemplo, na V Confintea, em Hamburgo, em 1997. Durante quatro anos fui membro do Conselho Nacional de Educação. Ampliamos o relacionamento com a Unesco, o Unicef e Fundação Ford. Enfrentamos as questões cruciais da educação naquele momento, como qualidade da educação, municipalização, financiamento, regime de colaboração, formação de professores, autonomia das escolas, gestão democrática, vetos ao Fundef, definição do custo-aluno. Foi feita uma pesquisa sobre o perfil dos dirigentes municipais de educação, publicada em livro, defendendo-se a nomeação de dirigentes municipais de educação por critérios técnicos e como marca ética o uso dos recursos públicos. A Undime também se envolveu na luta mais ampla por um pacto federativo e uma Reforma Tributária que resgatassem os direitos dos municípios”.

Neroaldo Pontes de Azevedo

Presidente em 1997/ 99 e em 1999/ 2001



Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

“Durante a minha gestão foram dois anos de muito aprendizado e ampliação de horizontes. O governo federal coordenava o debate sobre o Fundeb e nós, dirigentes municipais, lutávamos bravamente para que as creches fossem incluídas na Emenda Constitucional. Integramos o movimento “Fraldas Pintadas” com outras instituições e fizemos políticas fortes para influenciar os congressistas nas votações. Fomos vitoriosos e a Undime, como instituição, saiu fortalecida e mais respeitada. A educação básica tem parte importante gerida e administrada nos 5.568 municípios brasileiros e os dirigentes municipais precisam desta instituição fortalecida e respeitada para enfrentarem juntos os grandes debates da educação nacional. Ao ser convidada para assumir a Secretaria de Educação Básica, em 2007, pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, continuei a manter forte a interlocução com a Undime, na implementação de políticas públicas que reconheceram a importância da gestão local da educação. Atualmente, no terceiro setor, sigo a apoiar a Undime e a contar com esta rede estratégica na implementação de projetos ”

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Presidenta em 2005/ 07



Cleuza Rodrigues Repulho

“O Fundeb e a defesa de políticas de financiamento foram as questões prioritárias da minha primeira gestão. Nas seguintes, foram quatro anos de discussão, elaboração de documentos e trabalho pelo Brasil todo para a construção do Plano Nacional de Educação. Foi um período defendendo os municípios e o que era prioritário, garantindo que a educação pública tivesse financiamento dentro das diretrizes do PNE. A Undime é fundamental na articulação das políticas públicas e na defesa do município. Um município sozinho tem pouca incidência nas políticas educacionais, com a Undime, a gente conseguiu peso no cenário nacional e incidência positiva naquilo que era necessário para defender políticas públicas. Esse, para mim, é o papel prioritário da instituição”.

Cleuza Rodrigues Repulho

Presidenta em 2007, 2011/ 13 e em 2013/ 15



Justina Iva de Araújo Silva

“No período da minha gestão fizemos a pesquisa sobre Redes de Aprendizagem e publicamos a Agenda dos Cem Primeiros Dias e o Caderno de Orientações aos Dirigentes Municipais de Educação, encaminhados a todos os dirigentes municipais do país. Foi um período muito rico, estivemos em praticamente todos os estados do país, nos eventos regionais. Naquela ocasião, fizemos a aquisição do primeiro veículo da Undime e contratamos um motorista. Criamos condições favoráveis para o trabalho, e com muitas parcerias com MEC, FNDE, Fundação Itaú Social e outras instituições. A Undime é uma instituição de extrema importância para a educação básica, que ocupa todos os espaços de discussão sobre a política educacional. A Undime é a voz dos dirigentes municipais de educação e, por conseguinte, das prefeituras junto ao MEC. A instituição é uma instância fundamental para garantir que a educação básica continue avançando nesse país, sobretudo na perspectiva de se evitar retrocessos.

Justina Iva de Araújo Silva
Presidenta em 2007/ 09



Carlos Eduardo Sanches

“A Undime é uma instituição que se fortalece pela capacidade de reunir diferentes agentes políticos na defesa da educação pública. Portanto, é por meio das diferenças culturais, regionais e até políticas que surgem os consensos em favor da oferta de educação como um direito de cada cidadão e não apenas como a entrega de um serviço público das administrações. Por sua capilaridade, a Undime é uma instituição com significativa representatividade na educação pública brasileira. A capacidade de construir conteúdos e se posicionar sobre os temas da educação, a mobilização e a articulação são bandeiras reconhecidas. E por esta razão, evidente que conquistou ao longo do tempo a responsabilidade de contribuir com a construção da política pública da educação e de incidir na discussão legislativa. As grandes batalhas em 2009 e 2010 foram a defesa pelo piso do magistério e a 1ª Conae. Foi também um período de intensas articulações junto ao Ministério da Educação e importantes conquistas”.

Carlos Eduardo Sanches
Presidente em 2009/ 11



Alessio Costa Lima

“A minha eleição para presidência da Undime foi algo que considero extremamente marcante em minha vida, tanto do ponto de vista pessoal, como profissional por entender a relevância desta instituição no cenário educacional nacional. Sinto-me bastante honrado por merecer a confiança dos meus colegas dirigentes municipais de educação de todo o país. É muita responsabilidade conduzir um colegiado com tantos pares. Nesse sentido, temos buscado fazer da forma mais democrática e participativa possível, que é, aliás, um dos princípios defendidos pela Undime: gestão democrática baseada na construção de consensos. E não poderia ser diferente. Durante a nossa gestão, ouvimos não só os membros da diretoria, mas todos os presidentes estaduais de maneira que as informações sejam compartilhadas e cheguem a cada um dos estados brasileiros, para que as seccionais se sintam fortalecidas e apoiadas nesse trabalho coletivo. Não é uma caminhada individual de um presidente ou de uma diretoria. Temos, para além disso, fortalecido os encontros do Conselho Nacional de Representantes, que é uma forma de extensão mais ampliada daqueles que fazem a direção da Undime como um todo. Caminhar “com” pode até ser mais lento, porém é possível chegarmos mais longe, pois a caminhada coletiva é mais solidária, compartilhada e, portanto, mais sólida e consistente”.

Alessio Costa Lima é o atual presidente da Undime - gestão 2015/ 2017

Brincar e aprender: a Primeira Infância e o impacto na formação de cidadãos

A Primeira Infância, período que vai da concepção do bebê ao momento em que a criança ingressa no ensino fundamental, já reúne 10% da população brasileira. Cerca de 20 milhões de crianças de até 6 anos fazem parte deste grupo no país. Considerada por especialistas a fase mais importante na formação dos valores, esta é a etapa em que os processos neurológicos são formados e também quando se estabelecem as bases para o desenvolvimento físico, mental e emocional do indivíduo.

“Por muito tempo, a Primeira Infância foi considerada como um período apenas de necessidade de cuidados físicos e nutricionais. Hoje, com tantas evidências científicas, além do crescimento biológico, há também um desenvolvimento humano extremamente necessário e influenciador do restante da vida”, destaca Raquel Franzin, assessora pedagógica da área de Educação e Cultura da Infância do Instituto Alana. A organização sem fins lucrativos atua em projetos que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância.

Após dois anos de tramitação no Congresso Nacional, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.257, no dia 8 de março de 2016, que estabelece o Marco Legal da Primeira Infância. Com a Lei, o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a reconhecer a importância da criança e a valorizar a primeira fase da vida.

“É na Primeira Infância que ocorrem o crescimento físico, o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, a iniciação

social e afetiva. A criança necessita, na Primeira Infância, de vínculos afetivos das pessoas que as cercam – mais do que carinho – dignidade daquela pessoa humana pequena. Além desse profundo respeito que vem por meio de vínculos e interações com os adultos”, ressalta Raquel.

Compromisso público

Para potencializar a atenção à Primeira Infância por meio de políticas públicas, o grupo formado pela Undime, representantes de institutos, fundações, entidades e movimentos e por especialistas das áreas de educação, saúde e assistência social propôs a construção da *Agenda prioritária para a Primeira Infância: qualidade e equidade nas políticas públicas*.

Com a iniciativa, candidatos(as) às prefeituras de todo o país puderam registrar e tornar público o compromisso de suas candidaturas com a Primeira Infância. “O objetivo desse compromisso é mostrar a seriedade com que a Primeira Infância tem de ser entendida”, aponta a presidenta da Undime Mato Grosso, Adriana Tomasoni.

A iniciativa teve a adesão de 290 candidatos em todo o país. “O comprometimento com esse período do desenvolvimento das crianças sai daquela visão de que essa etapa era só brinquedo, como era antigamente. Historicamente, no Brasil, essa etapa era uma assistência para mães de classes menos favorecidas. Os prefeitos compreenderam que isso é importante. A educação infantil não é mais onde deixar uma criança”, afirma Tomasoni que também é Dirigente Municipal de

Educação de Primavera do Leste (MT).

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, acredita que o acolhimento, saúde, educação e lazer na Primeira Infância são fundamentais para a formação do cidadão. “Assumir um compromisso e promover ações concretas para esta importante fase da vida das pessoas é preponderante para construir cidades cada vez mais justas, fraternas e humanas”, afirma Lacerda.

Para a coordenadora de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Marina Fragata Chicaro, a iniciativa representa um compromisso com o futuro do país.

“A aprovação do Marco Legal da Primeira Infância proporcionou uma ótima oportunidade de tornar visíveis políticas e programas focados no tema, tanto para candidatos quanto para a população como um todo. A atuação política e os programas municipais para os primeiros anos de vida poderão gerar melhorias na qualidade da atenção à etapa, que vai do nascimento ao sexto ano, e que se constitui na fase que poderá gerar maiores retornos para os indivíduos, para a produtividade e para a sociedade, como demonstram estudos recentes da neurociência e da economia”, diz.

O Prêmio Nobel de Economia em 2000, James Heckman, comprovou que o investimento feito nos primeiros anos da vida de uma pessoa tem grande impacto na redução de gastos com criminalidade, agravos de saúde e melhores níveis de escolaridade e emprego. Saiba mais em:

agendaprimeirainfancia.org.br ■

Documentário: *O Começo da Vida*

“Se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda”

Raffi Kcavu Kian, fundador do Centre for Childhood Rising

O Começo da Vida é um filme que percorre os quatro cantos do mundo para mostrar a importância dos primeiros anos de vida na formação de cada pessoa. O documentário retrata famílias de diferentes culturas, nacionalidades e realidades socioeconômicas e revela o que nos torna diferentes e o que é essencial para todos. A diretora, Estela Renner, visitou diversos países para tentar entender e mostrar a distância entre o que a ciência tem dito sobre o desenvolvimento das crianças e os contextos e situações vividos pelas famílias. Saiba mais em: <http://ocomecodavida.com.br/>

Sete ações estratégicas para a Primeira Infância

- 1** Criar espaços do brincar na cidade.
- 2** Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).
- 3** Instituir e garantir o funcionamento do comitê municipal intersetorial de coordenação das políticas para a Primeira Infância.
- 4** Garantir formação continuada integrada e intersetorial, para os diferentes profissionais, com perspectivas plurais sobre a Primeira Infância.
- 5** Assegurar acesso à educação infantil de qualidade, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade no atendimento em creches, conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE).
- 6** Fortalecer a atenção básica, com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF), para ampliar as práticas familiares promotoras do desenvolvimento integral da criança, desde a gestação até, principalmente, os 3 anos de idade, dando atenção especial às crianças em maior vulnerabilidade como crianças indígenas, quilombolas e com deficiência.
- 7** Ampliar e qualificar os serviços socioassistenciais de proteção social, básica e especial, às famílias com crianças em situação de risco e vulnerabilidade social.

agendaprimeirainfancia.org.br

A Base Nacional Comum Curricular e o direito de aprender

A segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que definirá os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes da educação básica, foi amplamente debatida em todos os estados brasileiros. A Undime e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o apoio do Ministério da Educação, realizaram 27 seminários estaduais, ao longo de oito semanas, para discussão do tema em todo o país.

Ao final dos encontros, que reuniram 9.275 pessoas, um documento de 26 páginas consolidou as principais observações e análises dos participantes. Os seminários foram realizados de 23 de junho a 10 de agosto de 2016.

De acordo com o presidente do Consed e secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, o documento representa um avanço por juntar contribuições de educadores e gestores de todo o país. “Foi elaborado a partir das contribuições de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação que participaram dos seminários realizados entre junho e agosto em todos os estados brasileiros. Essas recomendações são essenciais para a elaboração de um documento que seja mais factível e que possibilite uma melhor apropriação por parte do educador e da sociedade sobre o que ensinar e aprender na educação básica, para que o Brasil chegue aos resultados que precisamos”, destaca.

Deschamps ressalta que os seminários apontaram a necessidade de maior organização da estrutura da BNCC, clareza e objetividade do texto, esclarecimento sobre concepção e propósito do documento, diferença entre Base e Currículo, além de recomendações específicas sobre as etapas da educação básica.

Segundo ele, o documento elaborado durante os seminários reforça a importância de que a versão final da Base seja acompanhada de um calendário de implementação, com definição de aplicação para que a organização das condições necessárias para colocá-la em prática nas escolas seja, de fato, viável.

A presidenta da Undime Maranhão, Maria Gorethi Camelo, Dirigente Municipal de Educação de Serrano do Maranhão (MA), destaca que o pro-

cesso de construção da Base “configura a consolidação de uma sociedade democrática de direito”.

“Essa é a primeira vez que somos consultados para a construção de um documento como esse. Foi o momento de dizer o que é basilar, o que é importante para os nossos educandos. A gente questionava muito que as políticas públicas eram feitas de cima para baixo e nós tínhamos que executar aqui na base, no chão de escola. Foi a oportunidade de dizermos o que é importante para a formação do sujeito”, afirma.

No posicionamento entregue ao Ministério da Educação, o Consed e a Undime reforçam que a Base Nacional Comum Curricular não deve ser um documento conclusivo, mas norteador, que permita aos diferentes sistemas de ensino elaborarem seus próprios currículos. “A Base deve afirmar a interdisciplinariedade como princípio norteador de currículos e práticas, mas não deve se propor a esgotar as infinitas possibilidades de interface entre as áreas, que se revelarão de forma mais orgânica e efetiva no contexto real das redes de ensino e das escolas”, diz o texto das entidades.

O documento sugere também que sejam trazidos para o texto introdutório da Base os quatro eixos de formação utilizados no ensino fundamental e no ensino médio: Pensamento crítico e projeto de vida, Intervenção no mundo natural e social, Letramento e capacidade de aprender, Solidariedade e Sociabilidade. “Esses conceitos, com possíveis ajustes a serem feitos

a partir das considerações dos estados ou de outros grupos consultados pelo MEC, são pilares fundamentais na formação integral do indivíduo, que contemplam a visão de cidadão expressa na Constituição e, ao mesmo tempo, agregam sentido e significado aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dispostos na Base”, diz outro trecho do documento.

Ao longo dos seminários, vários estados manifestaram diferentes preocupações com a implementação da Base, principalmente no que diz respeito a três aspectos: formação docente, infraestrutura e carga horária necessárias para que a Base se torne realidade nas escolas.

De acordo com a presidenta da Undime Paraíba e Dirigente Municipal de Educação de Campina Grande (PB), Iolanda Barbosa, os educadores tiveram a oportunidade de refletir sobre o currículo trabalhado em sala de aula e, a partir de agora, deverão se planejar acerca de suas propostas político-pedagógicas.

“Cada município, a partir do seu diagnóstico, do seu Plano Municipal de Educação, já tem a possibilidade de entender quais são as suas necessidades mais urgentes. O currículo agora se integra ao Plano Nacional de Educação porque a Base faz essa provocação e traz também a necessidade de cada município, a partir do seu diagnóstico, ver quais são suas urgências. A Base vem trazer, dentro do princípio de equidade, o mesmo parâmetro curricular para o Brasil inteiro”, destaca.



Undime

O próximo passo é encaminhar a terceira versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A conclusão do documento estava prevista para junho, mas foi adiada para priorizar as discussões por meio de ampla participação social.

De acordo com o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Rossieli Soares, o processo de construção da BNCC voltada à educação infantil e ao ensino fundamental deve ser concluído no primeiro semestre de 2017. O Ensino Médio ainda passará por debates em seminários estaduais antes de ser finalizado.

“O Comitê Gestor está fazendo a revisão a partir da análise das contribuições da Undime e do Consed, por meio dos seminários. Depois disso, o CNE, a partir de dezembro, começa a análise da Base Nacional e a expectativa é que a partir do primeiro semestre nós já tenhamos concluído essa discussão”, explica.

O secretário ressalta ainda a importância da discussão da Base Nacional Comum Curricular entre Undime e Consed.

“Nunca um documento desse porte foi discutido dessa maneira no Brasil. A participação, especialmente da Undime, que tem os alunos e professores das secretarias municipais, é fundamental para trazer a cara do Brasil para dentro da Base Nacional Comum. Esse momento é insubstituível, rico e necessário para a construção de uma boa Base”, avalia Rossieli Soares.

Segundo a coordenadora do setor de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco no Brasil), Maria Rebeca Otero Gomes, a Base Nacional Comum Curricular deve pensar “uma educação mais moderna” e não apenas a transmissão de conteúdos.

“É necessário trabalhar a educação que tenha foco voltado para a melhoria da qualidade da educação desse cidadão, onde ele possa aprender a aprender, aprender a ser, aprender a



fazer, aprender a conviver e isso deve permear a Base Nacional Comum e levar essa pessoa a realmente ter mais autonomia e a fazer escolhas corretas para sua vida, para poder ir ao mundo profissional qualificado e realmente ser um cidadão. É muito importante que a Base seja pensada com essa perspectiva”, avalia.

“Para termos melhoria da qualidade da educação é fundamental termos uma Base Nacional Curricular. Isso não tira o mérito de estados e municípios desenvolverem o currículo em nível local contemplando as questões regionais, que são necessárias. É importante ter uma Base Comum e depois ter uma outra parte, onde se vai colocar as particularidades de cada região”, pondera.

Segundo Rebeca, a Unesco está elaborando um levantamento para identificar como os currículos escolares eram construídos. “Nós já avaliámos que muito do currículo do ensino médio é pautado nas avaliações, como o Enem. O ensino fundamental é mais pautado no livro didático, ou seja, o processo se dá inversamente

de como deveria. Em vez de se pensar o que quero desenvolver de habilidades naquele aluno e o que farei para alcançar isso, ele não era realizado dessa forma”, compara.

Documento de apoio

Além do levantamento, a Unesco organiza um guia de apoio na construção dos currículos para estados e municípios. O documento abordará as diversas questões relacionadas à Base.

“Achamos que era necessária a construção de um material educativo trazendo aos novos gestores, que vão entrar no ano que vem, alguma orientação do que deve ser levado em consideração na construção do currículo. Ele não é específico em cada ponto da Base, até porque ela não está finalizada. Ele vem com orientações sobre como o município deve elaborar e finalizar os seus currículos no nível municipal, os projetos pedagógicos das escolas”, explica.

O material será voltado aos gestores e educadores de todo o país e estará disponível na plataforma Conviva Educação. “Quando temos novos gestores, muitas vezes são da área de educação, mas também podem não ser. Então, é importante que a gente possa homogeneizar esse conhecimento da construção de currículo e a importância dessa construção à luz da Base para qualificar a educação”, detalha a coordenadora da Unesco. ■

Segundo os seminários estaduais, é necessário a revisão/reelaboração dos objetivos de aprendizagem em três aspectos:

- **QUANTIDADE:** em geral excessiva, com pedidos de eliminação de redundâncias – recomendável a revisão visando maior concisão e objetividade e a priorização de profundidade de aprendizagem, acima de abrangência;
- **QUALIDADE:** buscar maior clareza e precisão nos enunciados e a escolha de verbos que representem aprendizagens efetivas do ponto de vista do estudante (e não procedimentos do professor);
- **INTERRELAÇÃO E PROGRESSÃO** dos objetivos de cada área de ano para ano e nas transições de segmentos/etapas, com graus crescentes de complexidade e sinalização de avanços significativos ao longo dos anos em relação às aprendizagens.

Henrique Polidoro/ UndimB



Reinaldo Soares

Plano Nacional de Educação: o complexo cenário para assegurar o direito à educação no Brasil

O Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/ 2014 – completou dois anos em meio ao desafio de implementação de suas metas e estratégias. Segundo a Lei, o país já deveria, por exemplo, ter concluído a discussão sobre o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), sobre a Política Nacional de Formação para os Professores e, até o fim do ano, estar com todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos matriculados nas escolas. O cenário atual, no entanto, mostra que a trajetória para atingir esses objetivos ainda é longa.

Sancionada sem vetos pela ex-presidenta Dilma Rousseff, a Lei 13.005/ 2014 estabelece 20 metas a serem cumpridas até 2024. A Lei trata da educação infantil à pós-graduação, incluindo a formação dos profissionais da educação e o investimento público em educação pública, que deverá atingir 10% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2024. Em 2015, o percentual do PIB investido em educação pública, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), foi de 5,6%.

O PNE é definido por diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis (básico e superior), etapas (infantil, fundamental e médio) e modalidades (urbana, do campo, especial, jovens e adultos, indígena e quilombola), por meio de ações integradas dos poderes públicos federal, distrital, estadual e municipal.

Entre as medidas que já deveriam estar em prática estão o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), que define o investimento para garantir os insumos necessários a uma educação de qualidade; e o Sistema Nacional de Educação (SNE), que estabelecerá a colaboração entre União, estados e municípios para a oferta educacional.

A criação do SNE está em discussão na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei Complementar (PLP) 413/ 2014, ainda sem previsão para ser votado em plenário. O texto determina a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; gratuidade do ensino público; valorização dos profissionais, com planos de carreira e pisos salariais nacionais; e gestão democrática do ensino.



Guilherme Kardel

De acordo com o PLP 413/ 2014, o SNE será responsável por garantir a universalização do acesso à educação básica no país. O Sistema Nacional será coordenado pelo Ministério da Educação e englobará o sistema federal e os sistemas estaduais, do Distrito Federal, e dos municípios, que também serão constituídos por lei nos respectivos entes federados. A lei determina que caberá à União coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas de educação e exercendo as funções normativa, distributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

As metas do PNE cabem não apenas à União, mas também aos estados e municípios e ao Congresso Nacional e assembleias legislativas. O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem a função de monitorar e divulgar dados sobre o cumprimento do PNE. O MEC também define normas de cooperação entre a União, estados e municípios para garantir o acesso à educação pública básica e superior definida pela LDB.

Segundo o MEC, o relatório de monitoramento do Plano referente ao ano de 2016 deverá ser publicado no portal do Inep e terá indicadores definidos pela Diretoria de Estudos Educacionais do Inep.

“O Plano Nacional de Educação estabeleceu um conjunto de metas que

devem nortear as ações na área de educação de nosso país. Porém, sabemos quais são as dificuldades que enfrentamos e enfrentaremos para cumprir algumas delas. Afinal, não basta criar um plano que estabeleça metas sem que sejam alteradas outras leis que limitam a ação dos dirigentes públicos e, dessa forma, inviabilizam todo o processo e geram déficit nos orçamentos municipais. Da forma como estão concebidas as metas do PNE e ante as dificuldades que cada município possui e ainda terá para cumpri-las, o grande desafio será tirar o PNE do papel e transformá-lo em ações práticas”, avalia a presidenta da Undime Região Sudeste e Dirigente Municipal de Educação de Guarujá (SP), Priscilla Bonini.

Pacto Federativo

Outro aspecto que desafia o cumprimento de metas do PNE é o pacto federativo. Dados do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – órgão que assessora a Presidência da República, demonstram que atualmente a União fica com 57% do total de receitas no país (25% são distribuídos entre os estados e o Distrito Federal e apenas 18% ficam com os municípios). Porém, o governo federal contribui com apenas 20% do total investido em educação pública. Na oferta de vagas, no entanto, a situação se inverte: os municípios têm 23 milhões de matriculados na educação básica, enquanto

os estados têm cerca de 19 milhões, e a União, pouco mais de 150 mil.

Apesar da complexidade de implementação, o Plano Nacional de Educação é uma vitória da sociedade civil. A administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira, destaca que a aprovação do PNE foi um marco na política da criança e do adolescente no Brasil.

“O PNE teve uma relevância muito grande em ordenar o Plano de forma clara, a fim de que pudesse sair do papel e se materializar de maneira efetiva. Aprovada em 2014, a Lei 13.005 foi a mais importante aprovação daquele ano e, sem dúvida, a lei mais importante sob o ponto de vista dos direitos da criança. Foi uma mobilização técnica, muito rica em conteúdo”, lembra. A administradora também destaca o potencial do Plano em direcionar a gestão da educação no país.

Para os atores que fazem a educação no país, o PNE não podia correr o risco de novamente não sair do papel, como aconteceu com sua primeira versão, no começo dos anos 2000.

“A primeira experiência no país com Plano Nacional de Educação não foi nada boa. O Plano que teve vigência de

2001 a 2010 ficou engavetado. A sociedade não se sensibilizou com aquele planejamento tão importante para todo país. Este atual Plano foi discutido pela sociedade civil e tem o DNA de cada uma das instituições. Ele tem que ser muito querido por todo mundo e o que a gente espera é que não haja retrocesso nessa história. O Plano precisa ter todos os esforços para que se mantenha de pé”, argumenta o gerente de conteúdo do Todos Pela Educação (TPE), Ricardo Falzetta.

Atualmente, o movimento Todos pela Educação coordena uma plataforma que reúne informações sobre cada meta e estratégia do plano. O Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) permite baixar, por localidade, dossiês completos sobre um ou mais indicadores. O sistema reúne dados dos ensinos fundamental, médio e superior, de educação profissional, entre outras questões abordadas no Plano.

“O Observatório consegue criar os dossiês por municípios e mostra a importância da série histórica do dado. Às vezes, tem um indicador que está em um patamar baixo, mas a informação por si não reflete a realidade

do município. Com a análise dos dados é possível compreender o contexto”, explica Falzetta.

PNE pra valer!

Para discutir e defender a construção do Plano foi criado o movimento “PNE pra valer!”. Um grupo de organizações, redes, movimentos, cidadãos e cidadãos, coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que se mobilizou para refletir as deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), os anseios e as necessidades da educação pública brasileira entre os diversos atores que fazem a educação no país.

“Foi a sociedade civil que fez com que o Plano Nacional de Educação tivesse essa capacidade de propor caminhos para gerar acesso e qualidade. E isso demanda um custo. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação desenvolveu uma proposta de Custo Aluno-Qualidade Inicial e contou com fortíssima participação da Undime. Praticamente, o que é possível ser dito nos últimos dez anos da luta pelo direito à educação, é que a Campanha e a Undi-



Undime

me, sempre trabalhando de maneira conjunta, são as principais vitórias do processo legislativo”, analisa o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

O movimento suprapartidário reuniu importantes nomes da sociedade em mobilizações por todo o país. A articulação também ganhou espaço nas redes sociais com as hashtags #CadêPNE? e #PNEpraVALER!

“Tivemos a capacidade de unir a perspectiva do direito à educação e mobilizar gestores que têm o compromisso com o direito à educação acima de qualquer outra questão. Então, a Campanha tem essa legitimidade por não ter vínculo partidário e uma posição de autointeresse, mas por defender o interesse comum, o direito à educação”, explica Daniel Cara.

O gestor de programas da ActionAid no Brasil, Avanildo Duque, destaca que o “PNE pra Valer!” conseguiu aglutinar organizações que já estavam trabalhando para a construção de um Plano de Educação que respondesse aos anseios e demandas da sociedade civil brasileira.

“O ‘PNE pra Valer!’ foi plural, agre-

gador e, a partir da sua incidência nos ciclos de conferências nacionais de educação de 2010 e 2014, de todo conhecimento produzido em notas conceituais e propostas de emendas que foram ofertadas aos parlamentares, bem como das atividades sistemáticas de incidência no Congresso Nacional, resultou em grandes conquistas, como a equiparação gradual do salário para os profissionais da educação; o estabelecimento de metas progressivas para a educação infantil e educação em tempo integral; o estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação pública; e o estabelecimento do teto de 10% do PIB como investimento dos entes federados até o fim do PNE”, destaca.

Perspectivas

Para Daniel Cara, além do cenário de estagnação do Plano, os municípios precisam lidar com as incertezas quanto ao financiamento necessário para o cumprimento das metas. A maior preocupação de especialistas da área educacional é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/

2016, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional. Na prática, a medida acaba por anular o investimento dos percentuais mínimos em educação estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O texto determina ainda que o aumento desses investimentos seja corrigido apenas pela inflação do ano anterior pelas próximas duas décadas. O governo justifica a medida em função do período de crise econômica que o país enfrenta.

“Tem um ator que precisa agir, pelo bem comum e pelo direito à educação, trata-se do governo federal. No passado, a gente tinha uma relação de interlocução crítica, que muitas vezes era dura, mas as coisas caminhavam, ainda que lentamente, de maneira positiva. Agora, a realidade é que o Plano Nacional de Educação foi colocado para escanteio”, alerta Cara. “Tudo aquilo que a gente construiu está em risco. A PEC 241 praticamente inviabiliza não só o Plano Nacional de Educação, mas também o direito à creche, o direito à pré-escola. Além das questões educacionais municipais, a PEC inviabiliza o ensino médio e o ensino superior”, acrescenta. ■



Raphael Fuhr

“A Undime foi uma grande parceira na luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação. O PNE se constitui na mais importante agenda para promover justiça social com sustentabilidade, na medida em que suas metas, como o atendimento da creche e valorização social dos profissionais da educação, apontam para que possamos construir um novo ciclo de avanços e conquistas dos homens e das mulheres desse país”.

Senadora Fátima Bezerra
(PT/RN)

“A Undime participou ativamente, ouvindo e trazendo os anseios dos municípios, que é quem faz o ensino fundamental e a educação infantil no Brasil, com os enormes desafios já existentes. O Plano Nacional de Educação, como um texto construído de maneira bastante democrática – mas que todos nós reconhecemos, há pontos que poderiam ser melhorados – é um Plano que deixa claro para o país onde queremos chegar na educação. Então tem desafios enormes e muito significativos.”

Deputada federal
Professora Dorinha Seabra Rezende
(DEM/TO)

“A elevação da educação ao campo dos direitos é um dos capítulos mais importantes da história da educação deste país.”

Miguel Arroyo, sociólogo, educador e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

14º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2013

O Plano Municipal de Educação como norte da gestão dos dirigentes

O Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/ 2014 determinou em seu Artigo 8º que estados, Distrito Federal e municípios revisassem, reelaborassem ou elaborassem seus planos decenais de educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas nacionalmente, até 25 de junho de 2015. Mais de um ano após esse prazo, apenas Rio de Janeiro e Minas Gerais não têm Planos Estaduais sancionados, segundo informações da plataforma Planejando a Próxima Década, do MEC. Em Minas Gerais, o Projeto de Lei do Plano foi encaminhado à Assembleia Legislativa. Já no Rio de Janeiro, o processo está em uma etapa anterior, apenas o documento-base do Plano foi elaborado. Quanto aos municípios, 5.530 (99,3%) têm a lei do Plano Municipal de Educação (PME) sancionada e os demais estão em alguma fase do processo de elaboração, segundo dados de outubro deste ano.

Por ser um plano de Estado, que perpassa várias gestões, o PME deve trazer um conjunto de reflexões, diretrizes, ações, estratégias e metas para o campo educacional, construídas a partir de diversos diagnósticos (demanda, oferta, profissionais da educação, recursos financeiros) e organizadas em curto, médio e longo prazo. Para tanto, seu processo de discussão deve ser democrático,

coletivo e transparente, envolvendo as redes de ensino existentes na localidade (estadual, privada, federal, municipal), os setores educacionais e os demais segmentos da sociedade. Após sua sanção, o PME deve se integrar aos demais planos do município, para garantir a articulação e a efetivação das políticas públicas propostas pelo documento.

Considerando o Artigo 211 da Constituição Federal, entre as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, algumas são de responsabilidade direta do município, como a expansão da oferta de educação infantil. Nas ações referentes ao ensino fundamental, a responsabilidade é compartilhada entre estados e municípios. Nas metas do PNE em que o município não tem responsabilidade direta – como as relacionadas aos ensinos médio, profissional e superior – o Plano Municipal de Educação deve apontar iniciativas a serem desenvolvidas em conjunto com estados e a União para assegurar o acesso da população do município a essas modalidades e níveis de ensino. Da mesma forma, os estados e a União (principalmente a União) devem exercer sua função redistributiva e supletiva em relação à meta da educação infantil. A União deve desempenhar o mesmo papel para auxiliar estados e municípios nas demais metas.

Para cumprir a Meta 1 do PNE, os

municípios têm de universalizar, até 2016, as matrículas na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o fim da vigência do PNE (2024). Segundo a presidenta da Undime Amapá e Dirigente Municipal de Educação de Calçoene (AP), Francisca Antonia da Costa Oliveira, a complexidade da Meta 1 vai além da construção de creches e escolas. “O desafio não é a construção dos prédios. O maior desafio é mantê-los, ter recursos de custeio para manter a creche em funcionamento com qualidade. Para manter uma creche em tempo integral precisamos ofertar no mínimo quatro refeições diárias, com café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Além de toda uma equipe de profissionais e professores – porque para cada 15 crianças é necessário ter dois profissionais. Não adianta só colocar uma criança na escola, é preciso dar condições, dar qualidade, dar toda uma estrutura para que a escola funcione com qualidade. Esse, para nós, é o desafio maior.”

Para a gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A, Patrícia Lacerda, a Meta 1 está diretamente ligada à superação de desigualdades e deve ser um dos pontos norteadores dos Planos Municipais. “Nas estratégias da educação infantil, a atenção



Sergio Amara/ MDSA

para se trazer a equidade e oportunidade de dar um começo de qualidade à vida escolar para a população mais pobre está explícita. A gente sabe da importância desse bom começo, tanto em termos neurológicos quanto de desempenho na educação nos anos futuros. E se não equalizar isso na saída, essa diferença vai aumentando ao longo dos anos. E o PME é um mecanismo para a sociedade não ficar tanto ao sabor do desejo do governante, mas tem um projeto mais participativo, que engloba mais interesses - é uma aposta que a gente precisa mostrar a importância dela. É necessário mobilizar os educadores para que eles tomem o plano como instrumento de trabalho", avalia.

A integrante do comitê diretivo do Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (Mieib), Jaqueline Pasuch, também pondera que o cumprimento da Meta 1 vai muito além da expansão da infraestrutura nos municípios. "Não se trata apenas do prédio, acesso aos brinquedos, literatura infantil. Além do espaço físico, temos o espaço pedagógico, que olha a criança como um todo". Para ela, esta etapa da educação não deve ser confundida com um espaço assistencialista. "A gente vive hoje um tempo muito perigoso, muito desafiador no sentido de qual é o lugar da criança na educação", argumenta.

A legalidade do corte etário

O debate sobre o lugar da criança na educação também está relacionado à questão da data de ingresso tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. A Resolução 6/ 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE) define como data limite para ingresso no primeiro ano do ensino fundamental o dia 31 de março de cada ano, o chamado "corte etário". Isso quer dizer que, para se matricular nessa etapa, a criança precisa ter 6 anos completos até esta data e que as crianças que fazem aniversário após esse limite devem ser matriculadas na etapa anterior, na educação infantil (pré-escola). A regra vale para escolas públicas e privadas. No entanto, como a Resolução não tem força de lei, em vários estados e municípios a medida foi contestada judicialmente por famílias que desejavam antecipar a matrícula de crianças de 5 anos no ensino fundamental.

A judicialização levou o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em fevereiro de 2015, reformou acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) que suspendia a Resolução 6/ 2010 do CNE. O relator



Undime

do processo, ministro Sérgio Kukina, apontou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é explícita ao determinar que o ingresso no ensino fundamental deve ocorrer a partir dos 6 anos. Também argumentou que tal tema é de competência do Executivo e não do Judiciário.

A Undime, assim como o CNE e outras instituições educacionais, aguarda a análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 292, proposta em 2013 pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF), cujo relator é o ministro Luiz Fux. Na ação, a Advocacia-Geral da União (AGU) defende a constitucionalidade da data de corte etário para matrícula de crianças na educação infantil e no ensino fundamental.

"O corte etário é uma medida organizadora, estruturante. Tem de haver uma norma que dê orientações à organização da escola. Independente de boa parte dos educadores brasileiros concordarem ou não com o corte etário com data marcada, precisamos de algo que seja organizador. E, nesse momento, a situação é muito delicada, é necessário termos um posicionamento jurídico para que possamos, em todas as esferas, dar as orientações devidas e evitar a natural desorganização que surge quando não há uma norma bem colocada, estruturada e acreditada", defende a presidenta do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Suely Menezes.

A preocupação da conselheira se justifica pelo fato de que, no início de setembro, uma nova ação judicial declarou a inconstitucionalidade das resoluções que tratam do corte etário nacionalmente. Desta vez, a contestação foi proferida nos autos da Ação Civil Pública número 000582618.2014.4.01.3600, pela

8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, que considerou inconstitucionais as resoluções CNE/CEB 1/ 2010 e CNE/CEB 6/ 2010. Entretanto, a AGU recorreu de imediato e o desembargador Carlos Moreira Alves, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), responsável por analisar o recurso, atribuiu efeito suspensivo à apelação da AGU e não reconheceu ilegitimidade alguma nas Resoluções do CNE.

A presidenta da Undime Pernambuco e Dirigente Municipal de Bonito (PE), Maria Elza da Silva, considera que o excesso de judicialização prejudica a efetiva implementação das metas do PNE. "O cumprimento do corte etário pelo município vem passando por um processo diferenciado por estado, pois cada um vem encarrando de maneira diferente. Vemos isso claramente nos estados em que estão entrando com ação na Justiça, que não acompanham a legislação no que diz respeito ao que o Conselho Nacional de Educação aprovou. Nós, como dirigentes municipais de educação, estamos vivendo um momento de dicotomia, em que se faz uma orientação e acompanha para ver se o estado entrou na Justiça."

O corte etário para ingresso no ensino fundamental tem impacto tanto na Meta 2 do PNE (universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE) quanto na Meta 5 (alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental).

Quanto à Meta 5, apesar dos esforços das secretarias municipais de educação, "atualmente, ainda se constata crianças chegando ao 5º ano do ensino fundamental com nível de leitura bastante comprometido, o que representa um grande desafio aos



sistemas de ensino”, afirma o presidente da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte (CE), Alessio Costa Lima. Segundo ele, os resultados das avaliações de desempenho em leitura mostram que o sistema não está conseguindo atingir seus objetivos educacionais. “A alfabetização das crianças nos primeiros anos do ensino fundamental deve ser uma prioridade na definição da política educacional.”

Para continuar contribuindo com esse processo, o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), criado em 2012, está sendo reformulado. O programa tem como finalidade assegurar que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em língua portuguesa e matemática, até o final do terceiro ano do ensino fundamental, como prevê o PNE. De acordo com o Ministério da Educação, o novo formato do Pnaic terá como foco a aprendizagem do aluno por meio de uma articulação entre o governo federal e as redes estaduais e municipais de ensino e da instituição de um comitê gestor, que será responsável pela capacitação de professores alfabetizadores.

O histórico desafio da inclusão

Outro importante desafio para os municípios é o cumprimento da Meta 4 do PNE, cujo objetivo é universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos

multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

De acordo com o Observatório do PNE, não há dados para o monitoramento desta meta. “As pesquisas e o Censo do IBGE não levantam informações completas que permitam diagnosticar a situação. Tal descompasso é sintoma do descaso histórico em relação ao tema. Indicadores auxiliares ajudam a traçar um panorama da situação”, diz a plataforma.

O MEC é o responsável pela implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada para promover o acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais em classes comuns das escolas públicas de ensino regular, além da oferta de atendimento educacional especializado, de forma complementar ou suplementar

à escolarização, garantindo a transversalidade da educação especial em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino.

“Dados do Censo Escolar indicam o crescimento expressivo das matrículas na educação especial na educação básica, apontando 930.638 estudantes atendidos nesta modalidade, dos quais 81% estão em classes comuns”, informa a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi/MEC).

“Na última década tivemos avanços importantes para que a inclusão seja uma realidade nas escolas brasileiras, porém, para que essa universalização ocorra no prazo estipulado, até 2024, é necessário um crescente investimento em melhoria da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e outras das escolas e do seu entorno. Formação das equipes escolares (diretores, coordenadores pedagógicos, professores, equipe de apoio) e das equipes das secretarias; criação de novas salas de recursos multifuncionais; pesquisa, desenvolvimento e distribuição de tecnologias assistivas que garantam uma melhor participação do público-alvo da educação especial no cotidiano escolar; reestruturação das pesquisas para obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de 0 a 17 anos, para a formulação de políticas públicas educacionais. Esses desafios devem orientar os gestores na busca de uma educação de qualidade e inclusiva”, apontam os coordenadores de Formação e Conhecimento do Instituto Rodrigo Mendes, Luiz Henrique Conceição e Aline Santos.





De olho na educação de jovens e adultos e estudantes do campo

Além da inclusão, outras duas grandes dívidas históricas do país com a sociedade tiveram de ser contempladas nos planos municipais de educação: a educação de jovens e adultos (EJA) e a melhoria da oferta da educação do campo. As Metas 8, 9 e 10 do PNE se relacionam à ampliação da escolaridade média dos brasileiros, à alfabetização de jovens e adultos, à redução do analfabetismo funcional, e à integração entre a EJA e a educação profissional.

“A Meta 8 do Plano Nacional de Educação tem como ponto central ampliar a escolaridade média da população de jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos. Além da meta traçar um objetivo claro com referência ao número de anos de escolaridade da população, também indica a necessidade de se reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, brancos e negros e entre a cidade e o campo. E é neste foco da educação do campo que os dirigentes municipais de educação devem priorizar e procurar implementar as estratégias para o atendimento desta meta”, afirma a secretária de Finanças da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Lagoa de Pedras (RN), Maria Edineide Batista.

Para a dirigente, é preciso construir um currículo diferenciado no sistema de ensino para a educação de jovens e adultos, que evidencie potencialidades e especificidades do contexto no qual a escola está inserida. “O grande

desafio das Metas 8, 9 e 10 é a institucionalização dos programas como política pública de Estado e a construção de um currículo que produza uma aprendizagem integrada com a qualificação profissional, fazendo da escola um espaço da comunidade vivo e desejado por todos, revendo e adequando inclusive sua estrutura física. Dessa forma, estaremos fortalecendo o ser humano, como sujeito da educação com seus saberes e protagonista da sua própria história e garantindo os avanços dessas metas nos planos de educação”, argumenta Maria Edineide.

Ensino integral: financiamento e articulação com a cidade

O cumprimento de algumas metas do PNE pelos municípios exige além da universalização (pré-escola e ensino fundamental), da ampliação (creches e matrículas) e da garantia de direitos (educação inclusiva, de jovens e adultos, campo, indígenas e quilombolas), o desafio de alterar a forma de organização de suas redes e de seus projetos político-pedagógicos, como no caso da Meta 6 (oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica).

Para a diretora da Fundação SM, Maria do Pilar Lacerda, a educação integral torna possível a existência de “uma escola contemporânea e que garante aprendizagens significativas e transformadoras”.

“Mais do que modalidade, entendemos a educação integral como uma concepção que abarca o currículo e impacta fortemente o projeto político-pedagógico de cada escola. A educação integral é multidisciplinar, intersetorial, dialoga com a cidade e seu território. O aluno está no centro do projeto e é respeitado em todas as suas dimensões: cognitiva, emocional, cultural, física”, argumenta a educadora.

O presidente da Undime Região Sul, da Undime Rio Grande do Sul e Dirigente Municipal de Educação de Rio Grande (RS), André Lemes, resalta que a educação integral é uma modalidade de ensino que contribui para a qualificação do aprendizado da criança e do adolescente. “O desafio conceitual de todos os sistemas de ensino é a compreensão do que é ter uma criança em tempo integral na escola - não só em um turno - e pensar atividades no contraturno. Isso se aplica da mesma maneira à educação infantil, para as creches que atendem as crianças em jornada estendida. A segunda questão que se coloca é o financiamento para a manutenção das crianças em tempo integral na escola”, destaca. “Atualmente há um distanciamento do que o PNE propôs e o que o governo federal, o órgão governamental que mais arrecada tributos nesse país, está propondo para garantir esse financiamento”, pondera Lemes.

Dado preliminar do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)



aponta que, prioritariamente, são os municípios de nível socioeconômico elevado que fazem educação integral no país. “Hoje o quadro é mais agudo e, dificilmente, o município tem condições de arcar com a educação integral. A gente fez um cruzamento da matrícula com o nível socioeconômico do município. Apenas aqueles com nível mais elevado é que estão conseguindo fazer educação integral, até porque têm recursos próprios. A primeira estratégia da Meta 6, que teria apoio da União, já configura um quadro bastante difícil para que seja atingida. Se a gente pensar na ampliação para sete horas e pensar em um modelo que seja de ampliação do tempo escolar, temos um problema enorme, porque a construção de escolas, equipamentos, isso efetivamente vai ser bastante difícil, porque vamos ter que duplicar uma rede de ensino, ainda nas questões básicas, que seria de construção de bibliotecas, laboratórios. Nem nisso nós estamos conseguindo avançar”, alerta a coordenadora técnica do Cenpec, Maria Amábile Mansutti.

Entre as estratégias da Meta 6, está a articulação com territórios para fomentar a integração da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários. Para a gestora de projetos sociais da Fundação Itaú Social, Camila Feldberg, essa estratégia deve ser reforçada nos municípios. “Se a escola não tem a estrutura adequada, ela tem que fazer parcerias. A ação não deve ser encarada como tapa buraco, mas, de fato, como uma estratégia. São outros saberes que são agregados. É possível olhar em torno das escolas e ver o que pode ser usado para garantir esse cumprimento, são muitas as possibilidades

des locais. É importante ver como a gente pode fomentar articulações. Há parques, praças, museus, que certamente vão contribuir com esse atendimento escolar”, argumenta.

Gestão democrática para garantir direitos

Para conseguir cumprir tantos desafios e garantir a implementação das metas e estratégias a partir das escolas, é necessário exercer a gestão democrática em toda a rede e atender ao que determina a Meta 19 do PNE (assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto).

Um amplo debate tem sido construído no país em torno dos aspectos da implementação da gestão democrática, avalia a presidenta da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncmel), Gilvânia Nascimento. “Essa é uma discussão que teve resultados importantes nos processos de elaboração dos planos de educação, com destaque para a proposição de metas e estratégias para o aprimoramento dos processos cada vez mais participativos no âmbito dos sistemas de ensino, bem como a necessidade de gestão democrática da educação e ampliação do controle social das políticas educacionais. Alguns avanços já podem ser destacados, como a implementação de processos de eleição de diretores de escolas em alguns municípios e estados do Brasil, a ampliação de conselhos de educação, conselhos escolares, fóruns de educação e outros mecanismos institucionais de participação social importantes para a consolidação da

Meta 19 e respectivas estratégias”, destaca.

A definição de critérios para a escolha de diretores de escolas é um dos aspectos fundamentais da gestão democrática da educação, segundo a presidenta da Undime Região Centro-Oeste, da Undime Goiás e Dirigente Municipal de Educação de Anápolis (GO), Virgínia Maria Pereira de Melo. “Não basta somente fazer um processo eleitoral achando que com isso se garante a democracia. Tem de ter um processo eleitoral que seja transparente e que envolva toda a comunidade. E aquele gestor eleito tem de ter competência técnica para aquilo que vai fazer, porque a gestão da escola envolve muitos aspectos. Aqui [em Anápolis], por exemplo, trabalhamos com curso de formação para esses gestores”, detalha.

O coordenador de projetos da Fundação Lemann, Ernesto Faria, destaca os impactos da gestão democrática nos resultados de projetos pedagógicos e a importância dos conselhos escolares como instrumentos de cumprimento desta meta do PNE. “Muitas pesquisas apontam que o envolvimento dos educadores nas políticas educacionais é fator-chave para o sucesso. Por isso, devemos apoiar e fortalecer instituições que viabilizem o envolvimento dos educadores. Precisamos também de indicadores de monitoramento para que isso de fato aconteça, e estes podem estar mais presentes em instrumentos de diagnóstico do governo federal como o PAR [Plano de Ações Articuladas] e os questionários da Prova Brasil. Também é fundamental garantir o envolvimento da comunidade escolar, principalmente pais e alunos. Nesse sentido, o fortalecimento dos conselhos escolares é fundamental”, afirma.

Para contribuir com o aprimoramento dos temas relacionados à gestão democrática, a Fundação Roberto Marinho produz e distribui conteúdos relacionados ao tema por meio do Canal Futura. “A série *Destino Educação Brasil*, com 26 episódios, documentou o trabalho em escolas de 25 municípios, abordando boas práticas de gestão escolar, a importância da relação escola/família/comunidade, bem como a importância do protagonismo de todos para que haja aprendizagem de qualidade. Além disso, fizemos um conjunto de 20 entrevistas com especialistas aprofundando cada meta do PNE, entre elas a Meta 19. Desde meados deste ano, temos produzido inúmeras matérias fazendo um balanço de como está o cumprimento das metas após dois anos de promulgação

do PNE”, explica a gerente de Desenvolvimento Institucional da Fundação, Mônica Dias Pinto.

O diretor presidente da Fundação Telefônica Vivo, Americo Mattar, ressalta que a gestão democrática é um dos pilares da educação do Século 21. “Sem dúvida, gerir a educação em seus diferentes níveis na atualidade, demanda dos profissionais algumas competências de gestão pública que extrapolam a formação inicial das licenciaturas e magistério, e que não podem ser desassociadas. Nesse ponto, assistimos grandes esforços de formação continuada do setor público e iniciativas de investimento social privado que buscam suprir este *gap*, mas não podemos julgar suficiente se queremos transformação, se buscamos a inovação educativa. Com todos os desafios que esta temática envolve, acreditamos que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são ferramentas riquíssimas para o aumento da transparência, da capacidade de tomada de decisão, da aprendizagem, facilitando a construção de processos e projetos pedagógicos mais colaborativos e participativos”, pontua.

Para Denise Carreira, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenadora adjunta da Ação Educativa e da Iniciativa De Olho nos Planos, a Meta 19 é uma das que mais enfrenta desafios no atual contexto político, “caracterizado pelo crescimento de forças conservadoras”, segundo ela.

“Os ataques ao Plano Nacional de Educação e às suas condições de financiamento, a fragilização dos fóruns de educação em muitos lugares do país e a perseguição sofrida por educadoras e educadores em escolas por movimentos como o Escola sem Partido e por grupos religiosos fundamentalistas impõem a necessidade de que, mais do que nunca, todas e todos aqueles comprometidos com a garantia do direito humano à educação de qualidade no país possam somar forças em prol da participação e da gestão democrática na educação. Devemos somar forças pela regulamentação da gestão democrática no PNE, pelo fortalecimento dos fóruns e conselhos municipais e estaduais de educação, pela realização da Conae 2018 [Conferência Nacional de Educação], pelo monitoramento participativo dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, ou seja, pela implementação da Meta 19 do PNE. Além de ser um direito humano e um fator de qualificação das políticas públicas, a participação é fundamental para barrar os retrocessos referentes à agenda de direitos”, afirma. ■

“A alfabetização das crianças nos primeiros anos do ensino fundamental deve ser uma prioridade na definição da política educacional.”

Alessio Costa Lima, presidente da Undime



Sergio Amara/ MDSA

PME em números

5.530 municípios têm Plano Municipal de Educação (PME) sancionados em lei
38 estão em alguma fase do processo de elaboração



Ubirajara Machado/ MDSA

O financiamento da educação e os desafios no contexto atual

O Brasil vive um cenário preocupante para a educação pública de qualidade diante do avanço da tramitação, no Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, enviada pelo governo federal. A medida propõe um ajuste sobre as despesas da União, ao limitar por 20 anos os gastos federais ao orçamento do ano anterior corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Conhecida como PEC do Teto dos Gastos, a iniciativa do governo federal delimita um teto para os gastos públicos – o que vai atingir áreas sociais como saúde, educação e assistência social – em uma tentativa de recuperação da crise econômica. A previsão do governo federal é votar a medida na Câmara e no Senado até o fim deste ano. No campo educacional, a aprovação da PEC 241 inviabiliza o cumprimento das metas da Lei 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE), inclusive por meio da anulação, na prática, da vinculação constitucional de impostos ao setor.

Segundo o texto da PEC, apenas para 2017 o limite orçamentário das despesas primárias, que excluem o pagamento de juros da dívida, será o total gasto em 2016 corrigido por 7,2%. A regra vale tanto para gastos do Executivo quanto para despesas do Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, Defensoria Pública da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça, justiças do Trabalho, Federal, Militar, Eleitoral, e Justiça do Distrito Federal e Territórios.

“O raciocínio é válido, mas há várias maneiras de se fazer isso. Não tem como suprimir recursos da saúde, educação e assistência social. Nós temos um cenário da Lei 13.005, que estabelece, por meio de força de lei, o aumento de várias despesas. Esse cenário, por si, já é temeroso. Além disso, existe, sim, a perda real de repasse de recursos para a educação”, afirma o presidente da Undime Paraná e Dirigente Municipal de Educação de Telêmaco Borba (PR), Celso Augusto Souza de Oliveira.

Na avaliação do dirigente, o prazo estipulado na PEC, de 20 anos, é mu-



Undime

to longo e pode inviabilizar o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação, além de anular a cláusula pétrea da Constituição Federal sobre a vinculação de receitas para educação.

“Poderíamos, de fato, ter essa proposta de arrocho, mas sem mexer na Constituição ou pelos próximos três anos, até a economia se restabelecer. Agora, não é viável colocar 20 anos, até porque não levará esse tempo para o país se recuperar. É um horizonte muito longo. A Europa saiu de

uma crise, com Espanha e Portugal, por exemplo; os Estados Unidos também saíram de uma crise e não levou esse tempo todo. Trata-se de retirar recursos para alimentação escolar, transporte, economia do cidadão e o dinheiro se concentrando para dar estabilidade ao sistema econômico. Não é que não se deva fazer isso, mas é necessário estudar onde se corta. É preocupante porque no primeiro pacote de propostas já se cortou a educação”, pondera.

Celso Oliveira também questiona



como os municípios irão superar as limitações orçamentárias do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no cumprimento de metas estabelecidas no PNE, como a inclusão de mais estudantes nas escolas e a instituição de fatores como o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que destinam recursos para garantir um patamar mínimo de qualidade na educação pública.

“O Fundeb hoje é uma das salvação para a garantia do piso nacional dos professores. Já existem municípios que gastam acima de 60% do Fundeb com professores. Manter o financiamento atual já seria difícil e diminuir vai criar toda uma dificuldade para o gestor. Ainda mais agora com a proposta de criação da Lei de Responsabilidade Educacional, que acaba gerando uma punição para o gestor que não cumprir as metas. Dessa forma, vai se tornar ingovernável, pois sem o financiamento é inviável cumprir as metas”, assegura.

Crítica das entidades

Em nota conjunta, a Undime, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) se posicionaram contra a PEC 241 por acreditarem que a medida agravará a situação da saúde, da assistência social e da educação pública. Na avaliação das entidades, o governo federal faz um movimento contraditório ao conter o investimento em áreas sociais em um período que exige uma ação em sentido contrário.

“O Brasil passa por um rápido pro-

cesso de mudança na estrutura demográfica, em decorrência do aumento da expectativa de vida e da queda da taxa de natalidade. Em 2036, projeta-se uma população de 227 milhões de habitantes, 9,3% superior à população atual. No que se refere à estrutura etária, os resultados mostram que a população com 60 anos ou mais representará praticamente o dobro da atual, passando de 24,9 milhões para 48,9 milhões, o que pressionará o gasto público tanto para saúde, quanto para educação e assistência social”, afirmam as entidades na nota.

O presidente do Conasems, Mauro Junqueira, Secretário Municipal de Saúde de São Lourenço (MG), ressalta que a iniciativa das organizações é pioneira ao defender os recursos da área social no país. “Pela primeira vez, estas instituições congregaram esforços em prol da promoção de uma estratégia conjunta contra a proposta que prevê a limitação do crescimento dos gastos públicos na gestão federal

pelos próximos 20 anos, trazendo perdas consideráveis de recursos destinados às áreas sociais. A iniciativa foi muito relevante, uma vez que as conquistas sociais não podem retroceder e a preocupação das três instituições é legítima.”

Para a presidenta do Congemas, Vanda Braga, Secretária Municipal do Trabalho e da Assistência Social de Russas (CE), a PEC 241 representa a impossibilidade do Estado brasileiro atender às demandas da sociedade. “O que percebemos nos últimos anos é um aumento da judicialização, que vem sinalizando e se efetivando como um grande problema a ser vivenciado no cotidiano dos municípios, que terão cada vez mais responsabilidades no atendimento à população, mas com uma reduzida capacidade de respostas, visto que a participação dos estados e da União vem sendo reduzida ao longo do tempo e nós, municípios, somos o ente federado com menor condição de arrecadação”, analisa.

Segundo o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a PEC 241 transfere os recursos das áreas sociais, como saúde e educação, para o capital privado. “Vinte anos seria o prazo para que o Fundo Soberano se tornasse o maior do mundo. O governo só se preocupa efetivamente com o pagamento dos títulos [da dívida pública]”, explica.

“Eles criaram na PEC uma possibilidade em que não entram no teto dos gastos primários as empresas públicas não-dependentes. É por isso que todo o mercado financeiro apoia essa PEC. São empresas que vão ser constituídas para comprar o serviço da dívida brasileira com deságio de 40%. Então, no momento em que assinarem o negócio, eles já ganham sobre



um título 40% do valor dele e depois o governo é responsável por arcar com esse título caso a empresa não funcione. Ou seja, dá para os empresários 40% de toda dívida brasileira e depois, e esse é o ponto absurdo, se o capital privado for incompetente – e ele vai ser, porque o capital privado no Brasil é incompetente –, o governo brasileiro vai arcar com esse título. Foi isso que criou a crise da Grécia”, argumenta Daniel Cara.

Denúncia global

Preocupada com os efeitos da PEC do Teto dos Gastos, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregou, durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em setembro, um dossiê técnico ao chefe da Education Commission e ex-primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown. O documento alerta que a PEC 241 contraria a última recomendação oficial do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU ao Brasil, independentemente de crise econômica ou política, de garantir a preservação dos recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, que será inviabilizado com a proposta.

O dossiê também foi entregue ao Nobel da Paz 2014 Kailash Satyarthi, fundador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, da Campanha Global pela Educação e integrante da alta cúpula da Education Commission, que se mostrou incrédulo com a situação brasileira e reiterou apoio à Campanha Nacional pelo Direito à Educação quanto à denúncia.

Para informar a população brasileira e estimular o debate contra a Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos Gastos, a Campanha criou a página especial “Alerta PEC 241”. Entre os conteúdos, está a íntegra da medida, vídeos com explicações sobre os efeitos da PEC e uma série de matérias e posicionamentos sobre o tema.



Raphael Fuhr

“Educação não pode ser artigo de luxo.”
MV Bill, músico
14º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2013

Atual formato de financiamento da educação

A Constituição Federal determina que a União aplique na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no mínimo, 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25% da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências. Com esses recursos, os municípios deverão atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. Os estados, no ensino fundamental e ensino

médio. E a União no ensino superior. Porém, esta previsão do artigo 211 da Constituição Federal onera estados e municípios porque especifica que a responsabilidade da União é apenas suplementar e redistributiva. Portanto, o financiamento da educação básica é da responsabilidade apenas dos estados, Distrito Federal e municípios.

Na prática, o governo federal destina de maneira suplementar uma pequena participação para custear as despesas com alimentação (Pnae) e transporte escolar (Pnate). Mas, a maior parte desses investimentos tem de ser assumida pelos estados e municípios.

“A propaganda da merenda escolar, do acompanhamento nutricional é muito bonita. Contudo, o recurso é muito irrisório, os municípios investem três vezes o que é repassado pela União – principalmente quando se trata do tempo integral, ele dobra a carga horária do aluno. A diferença do per capita ao integral também é irrisória”, argumenta a vice-presidenta da Undime, presidenta da Undime Mato Grosso do Sul e Dirigente Municipal de Educação de Costa Rica (MS), Manuelina Arantes Cabral.

“E quanto ao Pnate, faz anos que não ocorre um reajuste. Como vamos

ALERTA



CONFIRA PÁGINA ESPECIAL DA
CAMPANHA SOBRE A PEC 241/2016

A PEC 241/2016 praticamente inviabiliza as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (Lei 13.005/2014).

www.campanha.org.br

ofertar um transporte de qualidade? A gente sabe que esse é um recurso suplementar, mas é uma verba necessária ao município”, pondera.

Ainda pendente de regulamentação, a Lei 12.858/ 2013, que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, é outro ponto de preocupação da área educacional. A Lei foi sancionada em 2013. Na época, o governo estimava em R\$ 112,25 bilhões o total de recursos dos royalties canalizados para a educação e a saúde entre 2013 e 2022. Entretanto, ainda não há previsão desses recursos chegarem às escolas brasileiras.

“Com essa crise econômica não podemos criar nenhuma expectativa de que esse recurso vá chegar ao município. A esperança fica mais distante ainda de que esse recurso seja, de fato, investido em educação”, avalia Manuelina Cabral.

O secretário licenciado de Comunicação da Undime, Rodolfo Pinto da Luz, ressalta que o preço do barril de petróleo sofreu uma queda mundial, o que também gera impacto sobre o valor final que seria destinado à educação por meio dos royalties.

“A queda do preço do petróleo prejudica a rentabilidade. Mas, por outro lado, a receita precisa ser incorporada ao orçamento e ser aplicada. Sempre defendo que esses recursos sejam definidos, porque é uma fonte adicional para podermos investir na qualidade da educação. Vejo com muita preocupação o fato de que esses recursos adicionais ficarão extremamente aquém do necessário”, analisa.

Outra preocupação de especialistas da área educacional é a regulamentação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Determinado na Meta 20 do PNE, após uma vitória dos movimentos sociais, especialmente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, cujo comitê diretivo a Undime integra desde 2001, o mecanismo estabelece um conjunto de padrões mínimos previstos na legislação educacional. O financiamento do CAQi será calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e deve ser reajustado até a implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Os instrumentos representam o esforço do Brasil em se aproximar dos países mais desenvolvidos do mundo em termos educacionais.

“O CAQi estabelece o que seria necessário em termos de pessoal, instalações, equipamentos, de gestão para que uma escola tenha a qualidade mínima necessária. A partir dessa identificação de critérios, o financiamento seria alocado a cada um dos entes estatais. Muda fundamentalmente o que acontece hoje: um rateio que não diferencia a qualidade em cada um de nossos sistemas educacionais”, explica o secretário de Comunicação da Undime.

O mecanismo deveria ter sua implementação iniciada este ano, após dois anos de vigência do PNE. No entanto, segue em estudo pela Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC), sem previsão de ser colocado em prática.

“O receio que eu sempre tenho é que se estabeleçam esses critérios para qualidade e não haja a garantia de financiamento para alcançarmos essas condições de qualidade”, conclui Rodolfo Pinto Luz. “O CAQi tem de estar muito aliado à ampliação de financiamento. O que fica mais complicado agora com reforma constitucional que estabelece teto para a despesa pública”, analisa. ■

www.campanhaeducacao.org.br - campanha@campanhaeducacao.org.br [versão beta]



Portal
Custo Aluno-Qualidade Inicial . CAQi
& Custo Aluno-Qualidade . CAQ

Campanha NACIONAL pelo DIREITO à EDUCAÇÃO

Home Entenda o CAQi e CAQ Conheça os valores do CAQi e do CAQ Simule o CAQi Folder Saiba mais Créditos

Zeca Tonho
Vídeo do Zeca Tonho

Simulador CAQi
Faça uma simulação



Na página www.custoalunoqualidade.org.br
é possível conhecer detalhes sobre o CAQi,
a metodologia de construção de seus valores, e simular alguns custos.

Os desafios para a garantia da valorização dos profissionais da educação

A valorização dos profissionais da educação é um fator decisivo para que o país ofereça educação com qualidade. No entanto, salários do magistério abaixo do piso nacional, acúmulo de vínculos, condições precárias de trabalho e formação inadequada ainda fazem parte da vida dos profissionais do magistério e demais servidores da educação.

Estabelecida em uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a valorização do magistério das redes públicas da educação básica prevê a equiparação do rendimento médio dos professores com os demais profissionais com escolaridade equivalente até o fim de 2020, o sexto ano de vigência do Plano.

Atualmente, o salário do professor corresponde a pouco mais da metade (54,5%) do rendimento dos demais profissionais com mesmo nível de escolaridade. O indicador é calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014. Segundo informações do Observatório do PNE, o valor médio da hora trabalhada dos professores da educação básica foi de R\$ 19,6 em

2014, um dos piores entre as categorias analisadas.

Além da remuneração do profissional da educação básica, assegurar as condições de trabalho é outro aspecto fundamental para valorizar os educadores, segundo a DME de Serrinha (BA), Gelcivânia Mota.

“A valorização dos professores passa sobretudo pelo salário. Mas não é apenas salário, tem uma série de outros elementos que impactam diretamente, como, por exemplo, as condições de trabalho. Hoje em dia, as prefeituras enfrentam um grande desafio, que é pagar não apenas o piso, mas é preciso garantir o cumprimento dos planos de carreira dos municípios”, afirma Gelcivânia, que também é presidenta da Undime Região Nordeste e Undime Bahia.

Plano de Carreira

Os planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica devem ser implementados, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, observados os critérios

estabelecidos na Lei nº 11.738/ 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Em 2014, segundo o Observatório do PNE, aproximadamente 90% dos municípios brasileiros já tinham plano de carreira para os professores. A região Sul tinha o maior índice, 96,1%. Por outro lado, o pior número estava na Região Norte, com 80,4%.

Segundo o levantamento, 75,5% dos professores das redes públicas trabalham em apenas um estabelecimento da educação básica.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os planos de carreira estão sendo revistos em vários estados e municípios. Para dar assistência técnica aos entes federativos, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC) criou uma rede para viabilizar esse apoio, com a participação de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da Undime.

“A rede tem a finalidade de assessorar os entes federativos na elaboração e/ou adequação dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração,



Sergio Amara/ MDSA

sempre respeitando a autonomia federativa e o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público, instituído pela Lei 11.738, de 16 de julho de 2008”, informa o MEC.

Para orientar professores de todo país, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou a cartilha Piso e Carreira andam juntos para valorizar os profissionais da educação básica pública, com informações sobre a regulamentação do tema. No documento, a entidade defende a especificação de uma fonte de recursos para o custeio da remuneração dos professores.

“A CNTE, à luz da realidade atual e de estudos preliminares do Custo Aluno-Qualidade [CAQ], reivindica a vinculação de 80% dos recursos do CAQi [Custo Aluno-Qualidade Inicial] e CAQ para financiar o piso e as carreiras dos profissionais da educação básica pública. E a vinculação de novas fontes de receitas, a exemplo dos royalties do petróleo e do Fundo Social, é essencial para atingir a Meta 20 do PNE – de 10% do PIB [Produto Interno Bruto] para a educação – e, consequentemente, para prover o CAQ, o piso e as diretrizes nacionais de carreira”, diz a publicação.

Financiamento

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/ 2016, que delimita um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos, de forma que não ultrapasse os gastos do ano anterior, corrigidos apenas pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao



Anderson de Oliveira

“O professor não é mais aquele que sabe tudo, mas aquele que se interessa por tudo.”

Viviane Mosé, filósofa

5º Fórum Nacional Extraordinário da Undime, 2012

Consumidor Amplo (IPCA), preocupa educadores e especialistas no que diz respeito ao cumprimento das metas voltadas à valorização dos profissionais da educação.

“O Congresso Nacional está indo na contramão da história. Todos os países em desenvolvimento investiram mais na educação em momentos de crise, mais do que vinham investindo nos últimos anos. Foram longos anos de discussão para que a gente chegasse a um novo modelo de financiamento do Brasil. Conseguimos aprovar uma lei e isso cai por terra sob

a justificativa de ajuste econômico”, analisa Gelcivânia.

O secretário de assuntos educacionais da CNTE, Heleno Araújo, reitera a avaliação da dirigente baiana.

“Estamos à beira de aprovar a PEC 241, que joga por terra não só o atual Plano Nacional de Educação, suas metas, mas esse Plano e o próximo. A PEC trata de congelar, vai reduzir investimentos em educação pelos próximos 20 anos. É um cenário difícil e complicado”, afirma. “Essa PEC destrói tudo o que construímos ao longo dos anos”, completa. ■



Otávio Souza/ MDSA

Busca ativa escolar

Estratégia para garantir o direito à educação

A desigualdade social, a baixa renda familiar e as dificuldades relacionadas ao desempenho escolar estão entre os principais fatores que levam crianças e adolescentes a abandonarem a escola, aponta estudo feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a partir de microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Segundo o estudo, mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola no Brasil. Os grupos mais atingidos pela exclusão são as crianças de 4 e 5 anos, idade da pré-escola; e os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no ensino médio. Os indicadores mostram também que as crianças e os adolescentes mais vulneráveis à exclusão escolar são os negros e os indígenas, os com deficiência, os que vivem na zona rural, no Semiárido, na Amazônia e na periferia dos grandes centros urbanos.

“Nós que fazemos a política de assistência social observamos que as condições socioeconômicas de milhares de famílias brasileiras ainda refletem na vida escolar de crianças e adolescentes que têm, por vezes, seus direitos violados, seja pela vivência em áreas de conflito, tráfico de drogas, gangues, trabalho infantil e exploração sexual, ou pela convivência em famílias com vínculos fragilizados ou na iminência de serem rompidos”, aponta a presidenta do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social de Russas (CE), Vanda Anselmo Braga.

Para reverter esse cenário de evasão escolar, o Unicef está desenvolvendo, em parceria com a Undime, o Congemas e o Instituto TIM, uma tecnologia social, agregada a uma ferramenta tecnológica, para ajudar os municípios a identificar, mapear e solucionar casos de exclusão escolar. A iniciativa “Busca Ativa Escolar” está em fase de teste em oito municípios do país, cujos pilotos deverão ser concluídos em dezembro de 2016.

O projeto faz parte da mobilização “Fora da Escola Não Pode!”, lançada em 2010 pelo Unicef em todo o mundo. No Brasil, a iniciativa está em sua terceira fase. A primeira e segunda fases foram realizadas em parceria com a Campanha Nacional pelo



Divulgação

Direito à Educação e resultaram na elaboração de um relatório com as principais causas e dados estatísticos sobre a exclusão escolar no Brasil, e na produção de um webdocumentário (www.foradaescolanaopode.org.br) com os dados da exclusão escolar em cada um dos municípios.

Para auxiliar na identificação e mapeamento dos casos de exclusão escolar, a equipe do projeto “Busca Ativa Escolar” vai utilizar a ferramenta tecnológica que está em fase de teste. Agentes comunitários irão a campo realizar visitas domiciliares para identificar casos de crianças e adolescentes que estejam fora da escola. Para produzir os alertas, estão sendo testadas alternativas como SMS gra-

tuito, aplicativo para *smartphone* e a ferramenta de *landing page*, um portal na internet que permite que o agente comunitário insira as informações a partir de formulários impressos.

Ao encontrarem uma criança ou adolescente que esteja fora da escola, os agentes comunitários coletam informações básicas sobre as causas que contribuíram para a infrequência ou abandono. Os dados então são enviados para um sistema customizado, a partir da realidade e condições logísticas de cada município, que facilitará a gestão de cada caso pelas secretarias municipais envolvidas no projeto. Com os alertas inseridos no sistema, o município passa a dispor de um painel com informações sobre

cada caso e as medidas que precisam ser tomadas visando garantir o direito à educação da criança ou adolescente em questão. Todo o processo é mediado por um comitê intersetorial local e as soluções serão providenciadas individualmente ou em conjunto.

“O município, a partir do momento em que adere ao programa, terá uma ferramenta no seu território que faz o mapeamento das causas da exclusão escolar. Ele tem a possibilidade de verificar o seu município e quais são as maiores causas dessa exclusão. Assim,

poderá identificar se há um local com muita incidência de trabalho infantil, de violência escolar em seu entorno ou discriminação com relação à etnia, raça, gênero”, explica a oficial de programas do Unicef, Júlia Ribeiro.

Além da identificação da situação da criança ou adolescente fora da escola, o sistema também possibilita o acompanhamento por, pelo menos, um ano desse aluno no retorno à escola, evitando a reincidência da evasão ou abandono da sala de aula. De acordo com o coordenador do Programa de Educação e Parcerias do Unicef, Ítalo Dutra, a iniciativa será intensificada pelo organismo internacional.

Essa é uma iniciativa de *advocacy* que o Unicef faz no sentido de orien-

tar tecnicamente, prover dados, fazer interpretações e auxiliar governos no sentido de conseguir avançar para a busca de crianças e adolescentes que estão fora da escola e trazê-las de volta. Um dos principais gargalos, certamente, é a discussão sobre como a gente pode oferecer ações para que, uma vez que volte à escola, a criança não torne a sair”, pondera.

A presidenta da Undime Minas Gerais e Dirigente Municipal de Educação de Itaúna (MG), Maria Virginia Moraes Garcia, participa do projeto-piloto e atua em sua cidade para que crianças que estão fora da escola sejam reinseridas no sistema de ensino.

“A gente ainda vê que Brasil afora temos índices de evasão por situações

que não deveriam ser motivos para uma criança estar fora da escola. É necessário um grande esforço, parcerias com secretarias de saúde, de assistência social e com a cultura para que a gente consiga vencer e zerar esse índice. Estamos começando nossa procura agora. Vemos situações de maus-tratos e com isso os pais não deixam a criança ir para escola, para não mostrar os sinais; casos de violência de todas as formas. Ainda nos deparamos com falta de esclarecimento de pais por não saberem que a escola é obrigatória para a criança a partir dos 4 anos. Tem regiões em que a gente encontra a questão da fome, higiene e até o próprio trabalho infantil”, detalha. ■



Raphael Fuhr



Felipe Cabral

Que tal utilizar uma plataforma gratuita para aprimorar a gestão da Secretaria Municipal de Educação?

No Conviva Educação, dirigentes municipais e equipes técnicas das secretarias encontram:

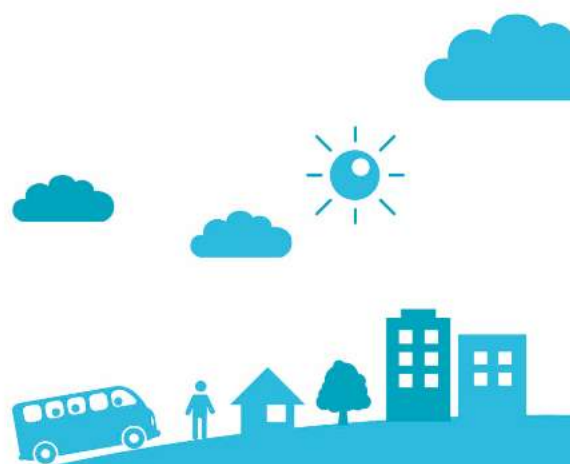
- **Conteúdos e informações** para estarem sempre atualizados e saberem mais sobre gestão.
- **Ferramentas** para registro, planejamento e acompanhamento das ações nas diversas áreas de gestão da educação.
- **Troca de experiências** entre secretarias de mais de 5 mil municípios do Brasil.

Tudo isso de forma gratuita!

Cadastre-se, utilize todas as funcionalidades e armazene informações com segurança.



CONVIVA
EDUCAÇÃO



Para uma gestão ainda melhor,
use o Conviva!



www.convivaeducacao.org.br



[convivaeducacao](https://www.facebook.com/convivaeducacao)



Apoio do Consed e da UNCME na divulgação e na mobilização junto aos municípios

PARCEIROS

Fundação Itaú Social
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Movimento Todos Pela Educação
Fundação Roberto Marinho

Fundação SM
Instituto Natura
Instituto C&A
Itaú BBA

Fundação Victor Civita
Fundação Telefônica Vivo
Fundação Lemann



Alessio Costa Lima
DME de Tabuleiro do Norte/ CE
2015-2017



Carlos Eduardo Sanches
DME de Castro/ PR
2009-2011



Justina Iva de Araújo Silva
DME de Natal/ RN
2007-2009



Cleuza Rodrigues Repulho
DME de Santo André/ SP
2007
DME de São Bernardo do Campo/ SP
2011-2013 | 2013-2015



Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
DME de Belo Horizonte/ MG
2005-2007



Neroaldo Pontes de Azevedo
DME de João Pessoa/ PB
1997-1999 | 1999-2001



Adeum Hilario Sauer
DME de Itabuna/ BA
1996-1997 | 2001-2003 | 2003-2005



Maria Helena Guimarães de Castro
DME de Campinas/ SP
1994-1995



Olindina Olívia Corrêa Monteiro
DME de Goiânia/ GO
1992-1994



Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues
DME de Olinda/ PE
1989-1991
DME de Cabo de Santo Agostinho/ PE
1991-1992



Waldir Amaral Bedê
DME de Volta Redonda/ RJ
1987-1989



Edla Araújo Lira Soares
DME de Recife/ PE
1986-1987 | 1995-1996

Siga a Undime nas mídias sociais



[twitter.com/
undime](https://twitter.com/undime)



[youtube.com/
undimenac](https://youtube.com/undimenac)



[facebook.com/
undime/](https://facebook.com/undime/)



[@undimenacional](https://instagram.com/undimenacional)



em defesa da
educação pública

Parceria institucional

INSTITUTO

